

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA - ÁREA DE APROFUNDAMENTO
EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**

LUCAS GABRIEL CHAVES GONÇALVES

**EVIDÊNCIAS E AUSÊNCIAS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO CURSO DE
PEDAGOGIA COM ÁREA DE APROFUNDAMENTO EM EDUCAÇÃO DO
CAMPO/UFPB**

**João Pessoa
2022**

LUCAS GABRIEL CHAVES GONÇALVES

**EVIDÊNCIAS E AUSÊNCIAS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO CURSO DE
PEDAGOGIA COM ÁREA DE APROFUNDAMENTO EM EDUCAÇÃO DO
CAMPO/UFPB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à banca examinadora pelo estudante Lucas Gabriel Chaves Gonçalves como parte do processo de conclusão do curso de licenciatura em Pedagogia com área de aprofundamento em Educação do Campo da Universidade Federal da Paraíba sob orientação da professora Dr^a Maria do Socorro Xavier Batista.

**João Pessoa
2022**

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

G635e Gonçalves, Lucas Gabriel Chaves.

Evidências e ausências da Educação do Campo no Curso de Pedagogia com área de aprofundamento em Educação do Campo/UFPB / Lucas Gabriel Chaves Gonçalves. - João Pessoa, 2022.
87 f. : il.

Orientação: Maria do Socorro Xavier Batista.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia - Área de Aprofundamento em Educação do Campo) - UFPB/CE.

1. Pedagogia. 2. Movimentos sociais do campo. 3. Currículo. 4. Formação de professores. 5. Educação do Campo. I. Batista, Maria do Socorro Xavier. II. Título.

UFPB/BS/CE

CDU 376.7(043.2)

LUCAS GABRIEL CHAVES GONÇALVES

**EVIDÊNCIAS E AUSÊNCIAS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO CURSO DE
PEDAGOGIA COM ÁREA DE APROFUNDAMENTO EM EDUCAÇÃO DO
CAMPO/UFPB**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Pedagogia em Educação do Campo da Universidade Federal da Paraíba, Campus I, como requisito necessário para obtenção do grau de licenciado em Pedagogia.

Aprovado em 16/12/2022.



Prof. Dra. Maria do Socorro Xavier Batista
(Orientadora/UFPB/CE/DEC)

Prof. Dra. Aline Barboza de Lima
(Examinadora/UFPB/CE/DEC)



Prof. Mariano Castro Neto
(Examinador/UFPB/CE/DHP)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, devo reverenciar todos(as) que tombaram nessa terra, tão bela, mas tão injusta com os povos do campo. Milhares de camponeses, afro-brasileiros, quilombolas e indígenas foram assassinados durante os séculos nesse país. Por acreditarem na construção de uma nação diferente, foram à luta por uma vida justa e digna, mas foram duramente reprimidos por aqueles que querem destruir as causas populares. Agradeço aos Movimentos Sociais Camponeses e aos povos do campo, que por décadas, após o fim da ditadura empresarial militar, buscaram a interpretação da contradição agrária brasileira, propondo um novo paradigma educacional, que permitiu um novo horizonte na educação das populações camponesas. Sem a luta coletiva e revolucionária destes sujeitos, este TCC não poderia ser escrito, nem muito menos esse curso existiria. Nada do que está escrito nesse trabalho é meu. É tudo fruto da luta por uma Educação do Campo. É tudo pelos povos do campo.

Agradeço ao meu São Jorge Guerreiro, que em momentos difíceis, não me deixou cair.

Não poderia deixar de agradecer as pessoas que me apoiaram durante esses anos na Universidade e, sem estas pessoas, minha caminhada seria muito mais difícil. Agradeço a minha mãe Dona Lílian, por me apoiar, aconselhar e me dar forças sempre que foi preciso. Agradeço ao meu pai, Seu Zenilson, que nas estradas da vida que percorremos juntos, me ensinou muito sobre o mundo na boléia de um caminhão. Agradeço a Luana, minha companheira de curso e de vida, que durante esses anos, tudo que fizemos foi por acreditar na causa dos povos do campo e na Educação do Campo.

Não poderia deixar de reverenciar meu avô, José de Castro Chaves, um homem de princípios, que sempre fez questão de me incentivar a estudar. Ele aprendeu a importância dos estudos da maneira mais difícil possível, dentro das dificuldades de se nascer pobre no Cariri Paraibano da década de 1920, teve que se desenraizar do seu lugar, pois, não havia condições de permanecer sem perspectivas de melhora. Assim como milhares de outros camponeses igual a ele, já tinha seu destino traçado, devido à negligência educacional da sua época, teve de abandonar suas raízes para poder estudar na cidade, pois, no seu local de origem, não havia escolas.

Agradeço à minha orientadora, Maria do Socorro Xavier Batista, primeiramente por seu comprometimento com as causas dos Movimentos Sociais do Campo, assim como, suas contribuições para a Educação do Campo. Me sinto grato por ter tido a oportunidade de participar de diversos projetos com você em minha trajetória acadêmica, pois, desde o segundo período, participamos de diversos projetos com o objetivo de fortalecer a Educação do Campo na Universidade. A sua paixão pela luta dos povos do campo é uma inspiração para mim.

Agradeço a todos e todas participantes do Grupo de Pesquisa em Educação Popular e Movimentos Sociais do Campo (GPEPM)/UFPB, onde tive o imenso prazer de aprofundar conhecimentos durante esses anos em um objeto de estudo tão importante, pois, estamos presentes dentro de uma instituição de ensino superior, que por muito tempo, rejeitou a proposta de uma educação pautada nos interesses das classes populares.

Agradeço a professora Aline Barbosa, primeiramente por ter aceitado fazer parte da banca examinadora deste TCC, coisa que significa muito pra mim, assim como pelas profundas reflexões e diálogos sobre a Educação do Campo e a Questão Agrária nas disciplinas que tive o prazer tê-la como docente.

Agradeço ao professor Mariano Castro Neto, por fazer parte da minha banca examinadora e também por me acompanhar nessa trajetória acadêmica, desde as disciplinas que o tive como docente, até supervisões em estágios e principalmente por me convidar para participar da pesquisa do PIBIC que contribuiu significativamente para a elaboração deste TCC.

Agradeço a todos os companheiros e companheiras de curso, professores e técnicos, que durante anos tão difíceis, como os últimos quatro, continuamos firmes na luta.

Gostaria de saudar os amigos e amigas de outros cursos da UFPB, pois só uma Universidade permite esse intercâmbio de conhecimento entre diversas áreas. Agradeço pelos debates profundos que tivemos, seja na praça da alegria, na fogueira, ou nas cervejas pós aula, onde sempre foram levantadas reflexões profundas sobre o Brasil.

O medo dá origem ao mal, o homem coletivo sente a necessidade de lutar. O orgulho, a arrogância, a glória enche a imaginação de domínio. São demônios, os que destroem o poder bravio da humanidade. Viva Zapata! Viva Sandino! Viva Zumbi! Antônio Conselheiro! Todos os panteras negras. Lampião, sua imagem e semelhança. Eu tenho certeza, eles também cantaram um dia.

(Chico Science)

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso refere-se ao estudo do aprofundamento conceitual da base curricular do curso de Pedagogia em Educação do Campo da UFPB. A Educação do Campo, tem como princípio a cultura e a identidade camponesa como protagonistas do processo educacional. Como problema de pesquisa: quais os fundamentos da Educação do Campo presentes na base curricular do curso de Pedagogia em Educação do Campo? Os conceitos da Educação do Campo são explorados nos diferentes componentes curriculares do curso? Quais fundamentos basilares para este conceito não estão sendo abordados? Esta pesquisa caracteriza-se como qualitativa com base em análise documental, contando com análise da organização curricular do PPC do curso, ementas das disciplinas do período 2022.1 e seus respectivos planos de curso. Como fundamentação teórica para esta pesquisa, foi fundamental buscar autores que são referência no conflito agrário brasileiro, como Facó (1976), Julião (1962) e Batista (2006); as contribuições dos movimentos sociais camponeses para Educação do Campo por Frigotto e Ciavatta (2003), Caldart (2012), Arroyo (2012) e Molina (2012), a formação do latifúndio latino americano por Galeano (2021), a questão rural brasileira por Mendonça (1997) e o materialismo histórico-dialético na superação da oposição campo-cidade por Marx e Engels (2007). A partir da análise documental, foi possível identificar os fundamentos que estão presentes na formação de Pedagogia em Educação do Campo, assim como, identificamos os princípios que são basilares para o conceito e estão ausentes da base curricular.

Palavras-chave: Pedagogia (Educação do Campo); Movimentos Sociais do Campo; Currículo; Formação de professores.

ABSTRACT

The following final course work studies the conceptual depth of the curricular base of the "Pedagogy in Rural Education" UFPB course. Considering that the very principle of Rural Education places rural culture and identity as protagonists of the educational process, we ask the following problem questions: Which Rural Education fundamentals are present in the Pedagogy in Rural Education course's curricular base? Are the concepts of Rural Education approached by the course's curricular components? Which of this concept's primary fundamentals aren't being explored? This research employs a qualitative method on a documental analysis of the curricular organization of the entire course, the syllabuses of 2022's classes, and their respective class plans. A rigorous search for authors relevant to Brazilian rural conflicts provided the theoretical foundation for this research; they include Facó (1976), Julião (1962) and Batista (2006); the rural social movements' contributions to Rural Education by Frigotto and Ciavatta (2003), Caldart (2012), Arroyo (2012) and Molina (2012); the formation of American large landownerships by Galeano (2021); the Brazilian rural question by Mendonça (1997); and the historical-dialectical materialism in overcoming the rural-urban opposition by Marx and Engels (2007). Through documental analysis we were able to identify the fundamentals behind the Pedagogy in Rural Education's formation, as well as the concept's cornerstone principles that are absent in the curricular base.

Keywords: Pedagogy (Rural Education); Rural Social Movements; Curriculum; Teacher formation.

SIGLAS

UFPB - Universidade Federal da Paraíba

CE - Centro de Educação

PIBIC - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

EC - Educação do Campo

EP - Educação Popular

MST - Movimento Sem Terra

EA - Educação Ambiental

EJA - Educação de Jovens e Adultos

PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

CPT - Comissão Pastoral da Terra

FSHEC - Fundamentos sócio-históricos da Educação do Campo

MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens

MMC - Movimento de Mulheres Camponesas

SCA - Sistema Cooperativista dos Assentados

EFA - Escola Família Agrícola

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 A QUESTÃO AGRÁRIA E A LUTA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS PELA EDUCAÇÃO DO CAMPO	12
2.1 A questão agrária no Brasil e a negação da educação como estratégia de dominação do campesinato	12
2.2 Os movimentos sociais camponeses na luta por uma Educação do Campo	20
2.3 A Educação do Campo na UFPB: uma conquista dos povos do campo pela superação da oposição campo-cidade	23
3 A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO CURSO DE PEDAGOGIA: UMA ANÁLISE DAS EMENTAS E CONTEÚDOS DO PLANO DE CURSO.	30
3.1 A Educação do Campo no currículo do Curso de Pedagogia em Educação do Campo	32
3.2 Análise das ementas do período 2022.1.	33
3.2.1 Componentes curriculares obrigatórios	34
3.2.2 Componentes Curriculares Optativos	44
3.2.3 Componentes curriculares optativos voltados ao aprofundamento em Educação do Campo não ofertados	48
3.3 Análise de Ementas e Planos de Curso das disciplinas obrigatórias que se referem ao aprofundamento em Educação do Campo.	51
3.4 Análise de Ementas e Planos de Curso das disciplinas optativas que se referem ao aprofundamento em Educação do Campo	71
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
REFERÊNCIAS	78
ANEXO 1	82

1 INTRODUÇÃO

O curso de Licenciatura em Pedagogia com aprofundamento em Educação do Campo, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba - UFPB foi criado em 2009, pela Resolução nº47/ 2009 que Aprova seu Projeto Político-Pedagógico, no qual define como objetivo geral “Proporcionar a formação de professores de nível superior através do Curso de Licenciatura em Pedagogia, Área de Aprofundamento em Educação do Campo, para atuar em projetos educativos nas áreas rurais em geral e de assentamentos dos movimentos sociais do campo”. Neste curso torna-se fundamental componentes curriculares que discutem e problematizam os princípios e fundamentos sociais, históricos e políticos, da Educação do Campo, imprescindíveis para uma formação adequada às necessidades dos povos a que se destina.

A Educação do Campo é um conceito que começou a ser debatido após a ditadura empresarial militar (1964 - 1985), que violentamente impediu os movimentos sociais do campo de se organizarem para pautar o debate da educação nos assentamentos da reforma agrária. O conceito “Educação do Campo” surgiu no fim dos anos 1990, contando com a contribuição acumulada de diversos sujeitos participantes por uma Educação do Campo. Por isso, a E.C. assume um lado do conflito agrário brasileiro: que é o do trabalhador camponês, ao qual este conceito busca superar as desigualdades e injustiças sociais que são herança da formação histórica da questão agrária brasileira.

A Educação do Campo, tem como princípio a cultura e a identidade camponesa como protagonistas do processo educacional. Os movimentos sociais do campo buscam a transformação social pela educação das crianças assentadas e trabalhadores, a partir do modelo educacional que é construído por aqueles que vivem e trabalham no campo, onde é fundamental entender o mundo a partir da realidade, garantindo um processo de educação transformadora.

A Educação do Campo tem como base de sustentação a valorização da vida do campo visando construir políticas públicas que garantam o direito dos povos do campo de trabalhar e estudar no campo estabelecendo relação de solidariedade e sustentabilidade nas relações entre a educação, Agricultura Familiar e os demais aspectos culturais e produtivos dos povos do campo. Também busca fortalecer a formação humana para a emancipação, promover uma reflexão crítica sobre as contradições da sociedade opressora valorizando uma sociedade solidária, igualitária, ambientalmente e socialmente sustentável. Para tanto, enfatiza a valorização e o respeito aos costumes da tradição e aos modos de vida e de trabalho dos trabalhadores do campo e reforçar o pertencimento a um lugar, a uma comunidade, a um assentamento. (BATISTA, 2016, p.2)

A definição desse objeto de pesquisa, teve como motivação inicial, por ser estudante deste curso e de ter participado de alguns projetos de pesquisa voltados para a Educação do Campo e especialmente da pesquisa no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq) PVD14156-2021 com a temática Evasão e permanência no curso de Licenciatura em Pedagogia com Área de Aprofundamento em Educação do Campo/CE UFPB - Campus I - 2018 a 2021: percepção dos professores e estudantes.

Nessa pesquisa do PIBIC, coletamos e analisamos dados a partir da aplicação de questionários com professores e estudantes do curso de Pedagogia com área de aprofundamento em Educação do Campo, sobre temas que dialogam com o objeto investigado neste trabalho. Entre os dados coletados na pesquisa, alguns chamam atenção sobre a percepção de que há um distanciamento do curso com os povos do campo e movimentos sociais. Ressalta-se que apenas 42% dos participantes se manifestaram satisfeitos com a abordagem dos princípios da Educação do Campo nos componentes curriculares. Outro aspecto identificado na pesquisa foi com relação ao distanciamento do curso em relação aos sujeitos do campo e dos movimentos sociais, conforme relatado no relatório final.

A partir desta problemática, buscamos identificar e analisar a efetivação dos princípios nas disciplinas e os conceitos que caracterizam a presença ou ausência da Educação do Campo no curso de licenciatura em Pedagogia (Educação do Campo), e suas implicações na formação do educador voltado para a E.C.

Nesse sentido, tomamos como objeto desta pesquisa a análise do curso de Pedagogia em Educação do Campo na UFPB, buscando identificar a efetividade dos princípios da Educação do Campo, partindo da organização curricular no Projeto Pedagógico do Curso, assim como as ementas das disciplinas e os conteúdos das disciplinas que abordam o conceito do curso, ou seja, a E.C.

Buscamos, na investigação do objeto de estudo, responder às seguintes questões: Quais os fundamentos da Educação do Campo presentes na base curricular do curso de Pedagogia em Educação do Campo? Os conceitos da Educação do Campo são explorados nos diferentes componentes curriculares do curso? Quais fundamentos basilares para este conceito não estão sendo abordados?

O curso de Pedagogia em Educação do Campo deve ser um território de valorização da história do campesinato, assim como a sua luta deve estar presente nos componentes curriculares do curso, buscando fazer deste território, um local de reafirmação dos povos do campo, assim como participar na efetivação de políticas públicas para os povos do campo. O currículo, conseguindo dar conta desse contexto histórico, garante um espaço de resistência

dentro da instituição de ensino superior, espaço esse que cumpre de forma objetiva a luta pelos direitos dos povos do campo.

Como fundamentação teórica para esta pesquisa, foi fundamental buscar autores que são referência no conflito agrário brasileiro, como Facó (1976), Julião (1962) e Batista (2006); as contribuições dos movimentos sociais camponeses para Educação do Campo por Frigotto e Ciavatta (2003), Caldart (2012), Arroyo (2012) e Molina (2012), a formação do latifúndio latino americano por Galeano (2021), a questão rural brasileira por Mendonça (1997) e o materialismo histórico-dialético na superação da oposição campo-cidade por Marx e Engels (2007).

Esta pesquisa caracteriza-se como qualitativa com base em análise documental. A pesquisa qualitativa são “entendidas como aquelas capazes de incorporar a questão do significado e da intencionalidade como inerentes aos atos, às relações e às estruturas sociais, sendo essas últimas tomadas tanto no seu advento quanto na sua transformação, como construções humanas significativas” (MINAYO, 2006, p. 22-23). Portanto, essa pesquisa teve como base a análise dos seguintes documentos: organização curricular presente no Projeto Pedagógico de Curso (PPC); o relatório das ementas de disciplinas do período 2022.1; e os planos de curso das disciplinas identificadas que abordam fundamentos deste conceito, com o objetivo de identificar os fundamentos que são pertinentes a Educação do Campo que são explorados nesta formação.

A princípio, realizamos um levantamento bibliográfico que permitisse explorar a questão agrária no Brasil enquanto um processo de luta e resistência dos povos do campo, servindo como base para a acumulação de experiências da Educação do Campo e a relação que se estabelece entre a dominação do trabalho do campo e a oposição de interesses entre campo-cidade da economia capitalista e seus impactos na formação do Brasil.

Para tanto, buscamos analisar a presença do conceito da Educação do Campo nas diversas disciplinas do curso a partir da análise documental da Organização Curricular do PPC, identificando todas as disciplinas que compõem a grade curricular do curso. A partir dessa etapa, solicitamos junto a coordenação do Curso de Pedagogia (Educação do Campo) as ementas do período 2022.1 e os Planos de Curso das disciplinas que são específicas da E.C. ou que abordem conceitos dessa modalidade, para identificarmos o aprofundamento da Educação do Campo nos diferentes componentes curriculares da formação acadêmica.

Para chegar aos resultados desta pesquisa, foi definido o seguinte objetivo geral: Analisar a efetividade dos princípios da Educação do Campo no curso de Pedagogia com área de aprofundamento em Educação do Campo. Para obtermos êxito quanto ao objetivo geral,

definimos os seguintes objetivos específicos: Identificar as disciplinas que compõem a grade curricular no Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia com área de aprofundamento em Educação do Campo na UFPB; Analisar a presença de conteúdos pertinentes à Educação do Campo nas ementas do período 2022.1 do curso de Pedagogia com área de aprofundamento em Educação do Campo; Analisar o aprofundamento em Educação do Campo a partir das ementas e conteúdo do plano de curso das disciplinas que abordam este conceito no curso.

A identificação das disciplinas que compõem a grade curricular a partir do PPC foi importante, pois nos permitiu verificar todas as disciplinas que fazem parte da grade do curso, e que, eventualmente, podem não estar sendo ofertadas. Neste caso, foi identificado que sete disciplinas optativas específicas ao aprofundamento do conceito no curso não foram ofertadas no referido período. Essas disciplinas aparecerão no quadro de análise das ementas como “não ofertadas” e portanto, não foi possível analisar suas ementas e planos de curso.

Durante a análise das ementas identificamos disciplinas específicas referentes ao aprofundamento do conceito do curso, assim como destacamos conceitos que contribuem para a E.C. que são abordadas em outras disciplinas não específicas, mas de certa maneira, buscam relacionar os conteúdos abordados a este conceito. Portanto, para compreendermos efetivamente este aprofundamento, foi necessário buscarmos analisar os conteúdos abordados nos planos de curso dessas disciplinas que são específicas ou abordam conceitos que contribuem para a E.C.

2 A QUESTÃO AGRÁRIA E A LUTA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS PELA EDUCAÇÃO DO CAMPO

É uma cova grande pra tua carne pouca
Mas à terra dada, não se abre a boca
É a conta menor que tiraste em vida
É a parte que te cabe deste latifúndio
É a terra que querias ver dividida
Estarás mais ancho que estavas no mundo
Mas à terra dada, não se abre a boca
(BUARQUE, 1968)

Neste capítulo faremos a discussão acerca da questão agrária no Brasil, desde a colônia, até a república, destacando as influências históricas que são parte do arcabouço teórico do conceito, assim como, o papel dos Movimentos Sociais do campo na luta pela Educação do Campo a partir da década de 1990 e como essa luta resultou em avanços das políticas públicas para E.C.

2.1 A questão agrária no Brasil e a negação da educação como estratégia de dominação do campesinato

A questão agrária brasileira diz respeito à estrutura fundiária que estabelece as relações produtivas e trabalhistas que formaram o país no passado e atualmente são responsáveis por diversos problemas referentes à desigualdade social na formação do país. Sendo assim, essa discussão está diretamente ligada ao conceito da Educação do Campo, já que este conceito tem como objetivo propor um novo paradigma para o campesinato brasileiro a partir de uma proposta educacional que atende os interesses do campesinato, valorizando sua identidade, cultura, especificidades e contribuindo para a Reforma Agrária Popular almejada pelos movimentos sociais camponeses.

O conflito agrário no Brasil inicia-se com a invasão portuguesa de 1500 e o sequestro de povos do continente africano e povos originários brasileiros em detrimento de mão de obra, para servir aos interesses da colonização, que desde o princípio, obtiveram vastas dimensões de terras para usufruto, tornando o Brasil uma colônia de exploração predatória e trabalho escravo, principalmente para a cana de açúcar e o tráfico de escravizados.

[...]a colônia portuguesa na América era o principal mercado de escravos; a mão de obra indígena, muito escassa, extinguiu-se rapidamente nos trabalhos forçados, e o açúcar exigia grandes contingentes de mão de obra para limpar e preparar a terra, plantar, colher, transportar a cana e, por fim, moê-la e purgá-la. (GALEANO, 2021, p.94)

Durante toda a colônia, o poder da estrutura agrária brasileira permaneceu intacta: todas as terras pertenciam à coroa portuguesa e eram concedidas a pessoas escolhidas. Com o objetivo de consagrar a colônia de exploração portuguesa na América do Sul - que vinha sendo constantemente ameaçada pela invasão de outros europeus, como os holandeses e franceses - a concessão de terras permaneceu concentrada nas mãos de poucos senhores de engenho. Esse tipo de colonização teve o intuito de realizar uma exploração predatória da terra, ao destruir ecossistemas para a monocultura ou criação de gados, do camponês ao sequestrar africanos para trabalhar nas lavouras e manter todas as gerações sucessoras em regime de escravidão por quase quatro séculos, quando não permitiram condições sociais para a vida do trabalhador do campo, reduzindo-o ao mero instrumento para obtenção de lucros.

Os povos escravizados, africanos, afro-brasileiros, indígenas, camponeses e paupérrimos, passaram a organizar-se para fugir do trabalho a que eram forçosamente obrigados, aquilombando-se por todo o Brasil. Ainda no século XVII, o Quilombo dos Palmares foi um marco no processo revolucionário de enfrentamento ao modo de vida imposto pela coroa portuguesa, assim como um exemplo sobre o enfrentamento ao grande latifúndio e a monocultura, tornando-se então, um grande marco da resistência na história do Brasil.

Entre todos os quilombos destacou-se o de Palmares, no estado de Alagoas, pela quantidade de pessoas e pela organização social e política que empreenderam. A terra em Palmares, era propriedade coletiva da comunidade. Estima-se que no ano de 1670, Palmares chegou a abrigar em torno de 50 mil ex-escravos. Por isso, esse quilombo foi alvo de várias tentativas de destruição envolvendo portugueses e holandeses, juntamente com o governo imperial e o governo de Pernambuco. (BATISTA, 2006, p.9).

No império, a questão agrária brasileira não passou por grandes mudanças sociais, permanecendo uma disputa injusta dos que queriam o direito de viver, pelos que queriam o direito de escravizar. Quem venceu essa batalha foram os que queriam manter o *status quo*, visto que, contaram a todo momento com total apoio e arcabouço legal para manter o grande latifúndio e o trabalho escravo. A exploração do trabalho escravizado e a negação dos direitos básicos para os trabalhadores do campo foi a principal sequela herdada da colonização portuguesa, as quais são as raízes das problemáticas sociais que influenciam o contexto brasileiro atual.

Porém, não é justo afirmar que essas sequelas aconteceram por mero acaso. Havia toda uma organização para legitimar as injustiças geradas pela colônia e império. O Quilombo dos

Palmares abalou as estruturas escravocratas brasileiras. E mesmo com a destruição de Palmares ainda na colônia, a família imperial não conseguiu conter o avanço do movimento abolicionista.

A realidade social, objetiva, que não existe por acaso, mas como produto da ação dos homens, também não se transforma por acaso. Se os Homens são os produtores desta realidade e se esta, na "inversão da práxis", se volta sobre eles e os condiciona, transformar a realidade opressora é tarefa histórica, é tarefa dos homens. (FREIRE, 1987, p. 37)

As revoltas populares que marcam a formação do Brasil são reações da produção da realidade brasileira a partir da violência contra os povos do campo. Essa violência expressava-se a partir de diversos meios, como o patriarcado, o racismo, a desigualdade social, o monopólio de terras, fazendo com que fosse necessário que os povos do campo buscassem ações para transformar as relações de trabalho e de vida no campo. O Século XIX é marcado por diversas leis que precederam a lei áurea. Essas leis que vieram antes da abolição, serviram como base legal para minimizar e legitimar as possibilidades de avanço social dos povos do campo na iminente abolição da escravatura.

Ao largo da exploração escravista da força de trabalho do negro, crescia uma massa de camponeses explorados violentamente pelo latifúndio, privados do direito à terra. Pois com a iminência do fim da escravidão, quando a monarquia, em 1850, decretou a primeira Lei de Terras do Brasil que regulamentou a propriedade privada da terra, alijou os ex-escravos, índios e demais camponeses do acesso à terra, pois somente permitia a aquisição mediante a compra e eles não dispunham. Esse fato contribuiu para consolidar o sistema fundiário baseado na grande propriedade e o poder político da oligarquia agrária. (BATISTA, 2006, p.9).

Em treze de maio de 1888 foi declarada a abolição, mas os maiores beneficiados disso ainda foram os latifundiários, pois foram indenizados pelo Estado por “perderem a sua propriedade”. A propriedade perdida, no caso, eram os camponeses, que até então foram mantidos sob regime de escravidão, vistos como uma propriedade pertencente ao dono da terra em que trabalhavam. Os camponeses escravizados, que viram-se diante de uma abolição onde o latifúndio não foi destruído, mesmo com inúmeros crimes que cometeram, não tiveram muitas opções, visto que, sem educação, sem-terra, com basicamente nenhum acesso à saúde, moradia, trabalho, pouco restou para os povos camponeses, que tiveram seus direitos básicos negados. Essa questão aprofundou problemáticas que por muito tempo foram ignoradas, não somente no meio social como no meio acadêmico. Martins (1975, apud MENDONÇA, 1997, p.73) diz que nas pesquisas científicas do início do século XX, os camponeses, trabalhadores rurais, foram predominantemente tratados como “depositários e agentes de culturas tradicionais, como vítimas e patrocinadores do atraso, culpando-os pela crise econômica da

época”. Estes que culpavam os camponeses pela crise, eram na verdade, proprietários de terras e agrônomos que ainda não aceitavam a promulgação da lei áurea.

Em 388 anos sob regime de escravidão, os africanos e afro americanos que foram sequestrados e escravizados tiveram direitos básicos negados pelos latifundiários, com o apoio da igreja, políticos e sociedade civil. Enquanto o Estado tinha a função de legitimar essa desigualdade. Nesta época, mediam-se o poder econômico de um latifundiário a partir da quantidade de seres humanos escravizados que trabalhavam em suas terras. Mesmo a colônia portuguesa, império e até a maior parte da história da república, não tiveram interesse em garantir as mínimas necessidades sociais e condições dignas de vida para a garantia da soberania nacional e da população camponesa. Muito pelo contrário, mesmo após a abolição da escravidão e início da primeira república, de acordo com Mendonça (1997, p.75): “os latifundiários responsabilizavam as dificuldades encontradas no processo de desenvolvimento agrícola a abolição da escravatura, centrando o problema nisso, afirmando que a escravidão era um mal necessário.”

O fim do século XIX foi marcado por diversos conflitos no campesinato brasileiro, tendo como base para estes conflitos, as contradições presentes no Brasil agrário. Dentre estas crises estão: terríveis secas no nordeste, revoltas e organização popular, terrorismo institucional contra a população do campo. Após o início da república, a população camponesa no Brasil encontrava-se em uma situação de abandono, com absolutos índices de analfabetismo e desigualdade social. Restando poucas alternativas, senão, lutar contra essa realidade.

Entre meados do século XIX e começo do século XX, sucedem-se em cadeia movimentos de rebelião de pobres do campo, de norte a sul do País. Assumem as mais diversas características. Seus pontos culminantes são Canudos (1896-1897), Contestado (1912-1916) e o Caldeirão (1936-1938). [...]se encontravam as populações rurais, mergulhadas no quase completo analfabetismo e no obscurantismo. (FACÓ, 1976, p.39)

A organização dos povos do campo sempre foi vista como algo subversivo, que na percepção do Estado - por sua vez representado por políticos, membros do exército brasileiro e grandes latifundiários - deveriam ser duramente combatidos, utilizando de toda a força violenta disponível para massacrar os povos do campo organizados. O início da primeira república e sua continuidade até a segunda república, ficou marcado por uma violenta repressão e genocídio contra populações camponesas, que buscavam, a sua maneira, uma forma de viver dignamente no campo.

Por isso, toda tentativa de arregimentação das populações rurais sempre foi brutalmente combatida, a ferro e fogo, pelos dominadores, fosse na Colônia, no Império ou na República. Os escravos fugidos que formavam quilombos, os místicos dos sacrifícios sangrentos de Pedra Bonita, os muckers da colônia alemã do Sul, os adeptos do Conselheiro, os homens do Contestado e do Caldeirão, sem contar os ajuntamentos menores, múltiplos, por todo o Brasil, foram atacados impiedosamente e destroçados até as raízes. Bastava que revelassem o menor indício de tentativa de romper o estado de coisas reinante no campo: o monopólio da terra, as relações semifeudais de produção, o domínio absoluto do grande proprietário rural. (FACÓ, 1976, p.44)

A emergência do processo de industrialização em meio ao avanço capitalista, trouxe consequências em sociedades de bases agrárias, como no Brasil, reforçando uma revalorização do mundo camponês, que foi predominante até a década de 1970. O êxodo rural marcado a partir dessa década trouxe consequências para a formação urbana das cidades. Ao migrar do campo para as grandes cidades, os camponeses precisavam buscar habitações precárias para poder permanecer na cidade e desligar-se das raízes do campo. O inchaço urbano causado êxodo rural aliado com o abandono do poder público em relação aos trabalhadores camponeses que estavam emigrando para a cidade, a burguesia industrial urbana passou a incomodar-se com o crescimento das periferias e passou a reivindicar para o governo a criação de políticas públicas para "fixar o homem ao campo".

O ruralismo pedagógico foi a principal alternativa do Estado na "República Nova" para o enfrentamento ao êxodo rural. Apesar de basear-se em conceitos da Escola Nova e na teoria buscar a relação da educação com o contexto em que estavam inseridos, na prática, as escolas rurais não conseguiam atender por puxa oferta em relação a demanda necessária, que até então, era absoluta no completo abandono dos povos do campo. Além disso, o ruralismo pedagógico não se diferenciava do modelo de educação que era oferecido nas escolas urbanas.

Dentro desse padrão quase "medieval" de concepção da ordem rural, que hierarquizava por meio do ensino os que "trabalhavam", os que "vigiam" e os que "dirigem", a ênfase recairia sobre os dois níveis superiores, responsáveis pela preparação dos quadros necessários ao controle das relações sociais. (MENDONÇA, 1997, p.92)

Haviam-se passados 42 anos da abolição da escravidão no Brasil e o Estado não buscou alternativas para amenizar as consequências das relações de trabalho que se estabeleceram no país durante todo o período. Partindo do pressuposto que a educação sozinha não muda o mundo, para os povos camponeses na década de 1930, faltava absolutamente tudo que consideramos como condições mínimas para se viver e fixar no campo, conforme Azevedo (1953):

Mas enquanto ficarem no sombrio desconforto em que vegetam, essas regiões imensas, sem meios de lavrar a terra e sem transporte para a produção, sem garantias para a saúde constantemente ameaçada e sem recursos para a conquista e domínio da natureza sempre adversa, não haverá meios capazes de fixar o trabalhador ao solo e o professor à escola, entregues um e outro aos caprichos de uma natureza, que começará por deslumbra-los, para acabar por esmagá-los, pelas forças do meio quase agressivas, apagando-lhes do coração o amor pelo meio natural e dos olhos a própria sensibilidade à grandeza de seus espetáculos (AZEVEDO, 1953, p. 39).

O fim da primeira república, marcada pelo golpe de Getúlio Vargas, em 1930, iniciou uma nova fase da política econômica do Brasil. O processo de industrialização capitalista promovida por Vargas promoveu essa revalorização do campesinato, pois, reforçou ainda mais a ideia de que o campo era o local do atraso, que o futuro estaria apenas nas cidades urbanizadas e na indústria capitalista. Essa visão distorcida de mundo, construída sobre os povos camponeses, tinha por trás uma intencionalidade: negar a existência das diversas culturas do campo, para facilitar o processo de dominação de território, para assim, poder esvaziá-lo, negando os direitos necessários para que exista uma sociedade que viva do e no campo, sem ter de se submeter a condições de desigualdades geradas pelo grande latifúndio e as explorações capitalistas.

A partir da década de 1950, outras formas de organização camponesa foram surgindo pelo Brasil. As raízes das Ligas Camponesas estão no Engenho Galiléia, na zona da mata de Pernambuco. Constituíam-se, inicialmente, de sindicatos rurais, posteriormente, torna-se um espaço de resistência e organização camponesa, passando a ter uma grande adesão dos trabalhadores do campo na luta pelos direitos básicos. A primeira Liga, em Pernambuco, dentre as proposições iniciais, o acesso à escola e serviço funerário infantil.

Em 1955, surge a “Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco”, mais tarde chamada de “Liga Camponesa da Galiléia” [...] Sendo uma sociedade civil beneficente, de auxílio mútuo, seu objetivo era fundar uma escola primária e formar um fundo para adquirir caixões de madeira destinados às crianças que, naquela região, morrem em proporção assustadora. (JULIÃO, 1962, p.24)

À época do surgimento das Ligas Camponesas, o Brasil agrário permanecia convivendo com os mesmos conflitos da colônia portuguesa, como os absolutos índices de analfabetismo no campo. Neste mesmo período, conforme Julião (1962, p.34) “Há de se atentar para o elevado índice de analfabetismo do campesinato brasileiro. No Nordeste, chega a alcançar, em certas áreas, 97%”.

Portanto, a reivindicação das Ligas Camponesas na metade do século XX, fazem parte da acumulação histórica que dão contribuições aos fundamentos da Educação do Campo, que deve considerar a trajetória dos povos camponeses como parte do processo de construção

deste conceito, a partir das experiências ao longo da história do campesinato brasileiro, assim como entender a importância dessas lutas no passado como sementes das vitórias dos povos do campo nas últimas décadas.

Entre essas contribuições está a Educação Popular, que influenciou as práticas das ligas camponesas, havendo experiências que envolviam difusão das ideias das Ligas entre os trabalhadores do campo, a partir da poesia popular, onde buscavam por meio de folhetos, evocar o imaginário popular com o objetivo de mobilizar os camponeses para a luta por direitos.

A expansão do latifúndio na metade do século XX, aliado com o aumento da influência dos grandes latifundiários sob a sociedade, imprensa, estado e exército, suprimiram as lutas populares camponesas por meio da ditadura empresarial militar de 1964, que assim como nas outras experiências dos povos do campo, negaram o que estava sendo reivindicado pelos camponeses e contaram com um aparato de violência para dispersão e desmobilização das lutas dos povos do campo.

A ditadura empresarial militar brasileira foi marcada por um período de censura, repressão e desmobilização dos coletivos populares com o emprego da violência. Com a decadência da ditadura e a posterior abertura democrática, os povos do campo e coletivos populares puderam se organizar novamente e ter liberdade para reivindicar novos paradigmas para viver. Sendo assim, os movimentos sociais do campo foram fundamentais para a construção da Educação do Campo a partir da década de 1990.

A violência do estado brasileiro contra as populações camponesas sempre foi justificado por meio da legislação e acordos para o genocídio. Os povos de Palmares foram vítima do genocídio de Domingos Jorge Velho para atender ao pedido do governador de Pernambuco com o objetivo de ampliar a criação de gado e da monocultura no interior do Brasil.

Canudos foi massacrada sendo acusada de conspirar contra a recém instaurada república do Brasil pelo então presidente Prudente de Moraes, que resultou em uma guerra violenta do exército contra camponeses que organizavam-se no interior da Bahia seguindo Antônio Conselheiro. Foi como desdobramento desta guerra que surgiu a primeira favela do Brasil, no estado do Rio de Janeiro, mais precisamente no morro da providência, que leva esse nome justamente porque os combatentes desembarcaram no Rio não receberam o que havia sido prometido pelo Estado para massacrarem os camponeses de Canudos. Favela era uma planta que caracterizava a região da Bahia e onde estava localizado o morro da favela. Os

combatentes que foram enviados para o massacre de Canudos receberam como promessa habitações caso vencessem a batalha, mas não foram atendidos.

O cangaceirismo do início do século XX foi duramente combatido por macacos, como eram chamados os policiais que caçavam os bandos de Brilhante, Lampião e Corisco. Assim como, os jagunços, que nada mais eram que milícias armadas dos latifundiários da época, encarregaram-se de caçar os sertanejos revoltosos do cangaceirismo sobre a justificativa de que não passavam de bandidos, ladrões e assassinos, devendo assim, ser exterminados com base na violência.

O Caldeirão de Santa Cruz do Deserto, do Beato Lourenço caracterizava-se de um território onde todos eram iguais e tinham um estilo de vida comunitário, o que despertava o interesse dos trabalhadores do campo que trabalhavam no latifúndio em condições desumanas. Em pouco tempo, o beato e seus seguidores foram acusados de comunismo, pois, na percepção do Estado, o lugar do trabalhador camponês era na exploração dos canaviais do latifúndio. Este massacre violento foi um dos mais obscuros da história do país e até hoje segue um mistério. O exército brasileiro utilizou todos os recursos de violência para dizimar o Caldeirão, sendo a primeira vez na história desta instituição, em que foram utilizados aviões para bombardear os camponeses. Após a destruição do Caldeirão, os corpos das vítimas foram enterrados em uma vala comum, ao qual, até os dias atuais, os documentos referentes ao massacre nunca foram revelados.

As ligas camponesas foram duramente perseguidas, antes mesmo do golpe militar de 1964. Assim como o Caldeirão, as Ligas foram acusadas de comunismo e violentamente reprimidas, como o assassinato de João Pedro Teixeira e a perseguição a Elizabeth Teixeira. Com o golpe, os sindicatos rurais foram dissolvidos e as lutas dos trabalhadores do campo foram suprimidas.

Na atualidade, vemos a violência do campo persistindo contra os movimentos sociais camponeses. Assim como as duas experiências citadas anteriormente, a violência contra os movimentos sociais são justificadas por serem “comunistas”, engrossando as estatísticas da violência no campo. Os Movimentos Sociais continuam nas trincheiras por uma vida digna no campo e mesmo com a contemporaneidade, continuam a sofrer as mesmas violências que acompanham o Brasil agrário desde a colônia, assim como seus algozes contam com a imunidade para cometer seus crimes, como no caso do massacre de Eldorado dos Carajás em 1996, ao qual vitimou 21 camponeses do MST e até hoje os criminosos seguem impunes.

O conflito agrário brasileiro segue violento contra os movimentos sociais do campo. No Estado da Paraíba, em 2019, dois camponeses sem terra do MST, Rodrigo Celestino e

Orlando, do assentamento Dom José Maria Pires, em Alhandra, foram violentamente assassinados por capangas armados em um crime que até hoje, supostamente, não foi devidamente investigado.

Nota-se, ao analisar a violência contra a população camponesa, uma conivência do Estado brasileiro a respeito dos crimes cometidos pelas forças de segurança, burguesia, latifundiários e milícias armadas. A Educação do Campo surge como uma reação dos Movimentos Sociais Camponeses a um projeto de extermínio da cultura e identidade destes povos, portanto, é fundamental considerar a questão agrária nos fundamentos deste conceito, pois, é impossível separar a violência contra os povos do campo da luta e resistência que é representada na Educação do Campo.

2.2 Os movimentos sociais camponeses na luta por uma Educação do Campo

Com o processo de redemocratização, inicia-se o período de mobilização organizada dos movimentos do campo, que é onde está a base da discussão por uma Educação do Campo a partir dos povos camponeses. A possibilidade de organização dos povos do campo, sem que fossem perseguidos pelo Estado, inicia-se o debate acerca das necessidades educacionais dos povos do campo, fazendo assim, uma consideração acerca dos conflitos históricos que marcam a história do campesinato brasileiro.

Mesmo com o fim da ditadura, a violência contra os povos do campo permaneceram acontecendo. O período atual brasileiro requer bastante atenção quando estamos falando dos avanços dos latifundiários sobre os direitos dos povos do campo, principalmente quando nos referimos a conquista de espaços, visto que, os últimos anos, estão sendo marcados por inúmeros retrocessos nas conquistas de direitos dos povos do campo.

Acerca de questões diretamente ligadas ao campo, vale destacar que a suspensão da política de Reforma Agrária, a prioridade da política de titulação e consolidação de assentamentos, o desmonte da política de assistência técnica, as medidas que sinalizam a redução das áreas quilombolas e indígenas demarcadas, a permissão para aquisição de terras por estrangeiros revelam-se em favor da expansão do agronegócio. Tais pontos impedem um projeto de desenvolvimento comprometido com a soberania alimentar da população brasileira e impõem o acirramento das já históricas estatísticas de violência, em todas as suas formas. (5º FONEC, 2018)

Portanto, as experiências históricas acerca dos conflitos agrários brasileiros permanecem atuais e nos deixam importantes contribuições acerca da acumulação pertinente à Educação do Campo, visto que, a ampliação e o avanço dos conceitos fazem parte da

construção das experiências, mas as reivindicações, a participação e a luta popular devem permanecer sempre em alerta para garantir os direitos que foram conquistados e avançar cada vez mais.

A reforma agrária e a identidade camponesa são questões fundamentais para a Educação do Campo, visto que, é um conceito que surge a partir de demandas sociais históricas reivindicadas a partir de diversas representações dos povos do campo. Portanto, a questão agrária faz parte da contradição existente no campesinato brasileiro. A Educação do Campo na instituição de ensino deve partir do contexto em que está inserida. Devemos considerar que a Educação do Campo é uma modalidade de educação que encontramos em áreas de assentamentos ou acampamentos da reforma agrária, tornando questões como a própria reforma agrária, os conflitos pela terra, a formação do latifúndio brasileiro, a agroecologia, como temas extremamente relevantes a serem considerados nessa realidade.

Sendo assim, a Educação do Campo surge como o resultado do acúmulo de experiências a partir das contradições na formação do Brasil agrário nas lutas dos movimentos sociais e educadores por uma Educação do Campo, que respeite a realidade camponesa, que entenda quais são as necessidades do campesinato, valorize sua cultura e permita o desenvolvimento de uma prática educacional construído com a participação dos camponeses, atendendo aos seus interesses e necessidades, em contramão aos interesses da Educação Rural neoliberal, que atende as necessidades apenas do capital/latifúndio e é pensada a partir da lógica urbana de educação. A luta do MST por uma Educação do Campo tem como base a mudança da injustiça social contra as populações do campo, que desde o princípio, contaram com a violência do Estado para suprimir as suas lutas.

[...]é tão atual o ímpeto de rebeldia contra a agressiva injustiça que caracteriza a posse de terra entre nós, de maneira eloquente encarnado pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra quanto a reação indecorosa dos latifundistas, muito mais amparados, obviamente, por uma legislação a serviço preponderantemente de seus interesses, a qualquer reforma agrária, por mais tímida que seja. (FREIRE, 2014, p.62)

A Educação do Campo é um conceito recente, visto que somente após a ditadura empresarial militar (1964 - 1985) que os movimentos sociais puderam se organizar e pautar o debate da educação nos assentamentos de reforma agrária e rejeitar a educação rural para propor alternativas aos elevados índices de analfabetismo no campo. Por isso, esse conceito assume, objetivamente, um lado do conflito agrário brasileiro: que é o do trabalhador camponês, sendo fundamental, em meio a formação histórica do campesinato, que permaneça dessa maneira, pois não estar ao lado dos sujeitos que construíram esse conceito, é abandonar a história de luta dos povos do campo no Brasil e o acúmulo de experiências da E.C.,

permitindo que o conceito possa ser enfraquecido ou ceder aos avanços do neoliberalismo sob os direitos dos povos do campo.

A Educação do Campo, tem como princípio a cultura e a identidade camponesa como protagonistas do processo educacional. Os movimentos sociais do campo buscam a transformação social pela educação das crianças assentadas e trabalhadores, a partir do modelo educacional que é construído por aqueles que vivem e trabalham no campo, onde é fundamental entender o mundo a partir da realidade, garantindo um processo de educação transformadora. O conceito “Educação do Campo” surgiu nos anos 1990, contando com a contribuição acumulada de diversos sujeitos participantes por uma Educação do Campo.

O surgimento da expressão “Educação do Campo” pode ser datado. Nasceu primeiro como Educação Básica do Campo no contexto de preparação da I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, realizada em Luziânia, Goiás, de 27 a 30 de julho de 1998. Passou a ser chamada Educação do Campo a partir das discussões do Seminário Nacional realizado em Brasília de 26 a 29 de novembro 2002, decisão posteriormente reafirmada nos debates da II Conferência Nacional, realizada em julho de 2004. (CALDART, 2012, p.259-260)

A partir dessas discussões, a Educação do Campo passou a ser reivindicada nos diferentes níveis de ensino, com o intuito de garantir as lutas pela transformação da realidade educacional específica das áreas de Reforma Agrária, que historicamente foram os sujeitos mais negligenciados no quesito do direito à Educação. As reivindicações por uma Educação do Campo protagonizadas neste período, especialmente pelos movimentos do campo, tinha como objetivo a garantia de políticas públicas pela educação dos trabalhadores do campo a partir da realidade ao qual estão inseridos.

Para isso, era preciso articular experiências históricas de luta e resistência, como as das escolas família agrícola, do Movimento de Educação de Base (MEB), das organizações indígenas e quilombolas, do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), de organizações sindicais, de diferentes comunidades e escolas rurais, fortalecendo-se a compreensão de que a questão da educação não se resolve por si mesma e nem apenas no âmbito local: não é por acaso que são os mesmos trabalhadores que estão lutando por terra, trabalho e território os que organizam esta luta por educação. Também não é por acaso que se entra no debate sobre política pública. (CALDART, p.261, 2012).

O conceito Educação do Campo tem suas bases a partir da interpretação da contradição do conflito agrário brasileiro, que pode ser definido em dois modelos de educação que são antagônicos: a Educação do Campo e o ruralismo pedagógico. O segundo conceito segue princípios modelos de educação que não levam em consideração as necessidades dos povos que vivem do e no campo, pois, é imposta como forma de dominação, a partir de uma visão urbanizada e capitalista de ensino. Sendo assim, é uma educação que não considera a

realidade do campo e carrega nos seus fundamentos que a terra é apenas para obtenção de lucros. A Educação Rural defende que o currículo e a metodologia da escola do campo tem que ser a mesma da escola urbana, não criando assim, condições materiais de compreender as necessidades educacionais do campesinato, visto que, mesmo sendo um modelo de educação muito mais antigo que a Educação do Campo, - implementado a partir da década de 1930 - não conseguiu combater o analfabetismo no campo de forma eficaz.

O fracasso da educação rural era comprovado pela existência de um grande contingente de analfabetos. Assim, o “ruralismo pedagógico” contrapunha-se à escola literária, de orientação urbana, que parecia contribuir para o desenraizamento do camponês. (RIBEIRO, 2012, p.298)

A Educação do Campo é um conceito construído com a contribuição dos movimentos sociais do campo, indígenas, quilombolas, coletivos de educadores, a partir da análise material do que estes entendem por Educação do/no campo. A repressão histórica, aliada com a negação ao direito a uma educação pública, de qualidade e contextualizada, construída com a contribuição dos povos do campo e ofertadas no campo, fez com que os movimentos sociais do campo durante décadas reivindicassem seus direitos garantidos pela Constituição Federal de 1988 e pela LDB 9394 de 1996.

Portanto, a Educação do Campo, desde seus fundamentos, foi interpretada a partir do coletivo de contribuições para acumulação de experiências e práticas acerca das necessidades e particularidades do campesinato brasileiro e a contribuição da Universidade é um espaço de garantia para essa acumulação coletiva dos que defendem os fundamentos da Educação do Campo.

O campo passa a ser cada vez mais um espaço de estudos, pesquisas e ações que objetivam o desenvolvimento sociopolítico e, por conseguinte, um desenvolvimento que respeita as subjetividades camponesas e suas práticas sociais. Neste sentido, o estudante é formado para refletir sobre sua realidade e a partir dela, valorizando sua cultura e buscando o fortalecimento dos grupos sociais envolvidos com o lugar. (ARAÚJO e SILVA, 2011, p.42)

Este curso assume uma posição importante na valorização da cultura e identidade camponesa, podendo ter o Ensino, a Pesquisa e Extensão como estratégia do aprofundamento conceitual do curso, além de fortalecer a luta dos povos do campo por uma Educação do Campo.

2.3 A Educação do Campo na UFPB: uma conquista dos povos do campo pela superação da oposição campo-cidade

A oposição entre os interesses da cidade e do campo encontra suas raízes nas relações de trabalho que se desenvolveram com o passar do tempo no Brasil. O advento da revolução industrial do século XVII passou a transformar o país de forma significativa somente no século XX, quando iniciou-se o processo de construção de pólos econômicos como São Paulo e Rio de Janeiro a partir da industrialização capitalista, em uma transição de um Brasil agrário para a construção de um projeto industrial de urbanização capitalista.

Até esse momento, o Brasil permanecia como um país predominantemente agrário. Mesmo assim, as elites urbanas eram quem exerciam o controle da agricultura. Influenciados pela industrialização que estava ocorrendo, grandes proprietários de terra passaram a reivindicar uma “modernização” da agricultura, que embasados na visão capitalista de produção, determinaram como seria a agricultura brasileira a partir desse momento.

Situação que somente se modifica em meados do século XX quando os grandes proprietários de terra se organizam e pressionam o Estado para subsidiar a modernização da agricultura, sem, no entanto, modificar a estrutura fundiária na perspectiva de uma distribuição mais equitativa da terra. Processo que se tornou conhecido como modernização conservadora. (BATISTA, 2006, p.3)

A partir de 1930 o Brasil inicia um processo de transformação da sociedade brasileira através da industrialização e urbanização, para a construção de um imaginário nacional, que reforçou a oposição entre campo e cidade. Pouco mais de 50 anos após a tardia e obscura abolição da escravidão, tentava-se esquecer o passado e construir um novo Brasil, ao qual, o futuro brilhante apontava para a vida na cidade e o campo era apenas o local do atraso. Porém, o Estado brasileiro continuava a ignorar os problemas do campo e a necessidade de garantir condições materiais para permanência dos povos do campo.

A concentração de terras avançou com os movimentos de expansão de fronteiras agrícolas, com a introdução de novos cultivos, o crescimento da agropecuária, a mecanização da agricultura, com as políticas de ocupação e de colonização, com as ações governamentais de incentivos fiscais e política agrícolas, avançando num modelo de agricultura degradante para o meio ambiente, caracterizada pelo uso intensivo de agrotóxicos e de defensivos agrícolas, mecanismos produtivos que, se de um lado ampliam a capacidade produtiva, de outro degradam o meio ambiente, diminuem drasticamente o uso de trabalho humano, provocando expulsão dos trabalhadores do campo, o desemprego, exclusão e pobreza[...] (BATISTA, 2006, p.3)

A ida dos trabalhadores rurais para os grandes centros urbanos, a partir do início do século XX, aconteceu não apenas porque o conflito de interesses entre cidade-campo reforçou uma ideologia de que o campo era o lugar do atraso e a cidade da prosperidade, mas principalmente pela falta de garantias das condições materiais para que os povos do campo pudessem viver no campo, deixados à própria sorte para se submeterem aos avanços violentos do Estado e do latifúndio. Quando os trabalhadores do campo juntavam-se em coletivos, eram

duramente reprimidos, como no massacre do Caldeirão de Santa Cruz em 1937, contribuindo para a perpetuação da prática institucional de proteção à propriedade privada com o intuito de manter o trabalho do campo sob domínio do grande latifúndio ou obrigá-los a migrarem para a cidade para engrossar a população que viviam em condições precárias nas favelas.

O trabalho é igualmente aqui o dado fundamental, o poder sobre os indivíduos, e enquanto existir esse poder existirá também propriedade privada. A superação dessa oposição entre a cidade e o campo é uma das primeiras condições da coletividade, uma condição que depende, por seu turno, de um conjunto de pressupostos materiais, os quais a simples vontade não é suficiente para realizar, como qualquer um pode perceber logo à primeira vista. (MARX E ENGELS, 2007, p.83)

A República do Brasil antes de 1988 constituiu-se de leis que serviram para reforçar a oposição de interesses entre cidade-campo e fez com a produção agrícola em grande escala atendesse apenas aos interesses do mercado internacional e da burguesia urbana, ignorando os interesses dos trabalhadores do campo e das necessidades alimentares da cidade e do campo. Essa dicotomia, que tem suas raízes na negação aos direitos básicos, foi crucial para a construção do Brasil desigual que temos hoje, visto que, as grandes indústrias urbanas que utilizam-se da mão de obra - tanto na indústria comercial como na engenharia pesada - tem suas raízes na exploração do trabalho de pessoas que vinham, em grande parte, do interior do Brasil, obrigando-os a abandonar as suas origens para buscar o mínimo de condição de sobrevivência nos grandes centros urbanos.

A migração campo-cidade multiplica o tamanho das cidades. O marcado predomínio anterior do campo cobra agora seus direitos, de uma forma inversa: a industrialização se faz por grandes blocos, não há praticamente uma industrialização por interdependência industrial, o que eleva sobremaneira o tamanho das próprias fábricas e das empresas que as controlam. Mas aquele marcado predomínio também colabora com a industrialização, característica da revolução burguesa no Brasil: o campo reduz constantemente o custo de reprodução da força de trabalho urbana, não apenas pelo fornecimento dos estoques de força de trabalho, como também pela funcionalidade do mecanismo de expropriação vigente no campo: passa-se a produzir crescentemente as mercadorias da cesta de consumo do operário, de uma forma ainda primitiva, o que, longe de obstaculizar a industrialização, confere-lhe enorme vitalidade. (OLIVEIRA, 1978, p.71)

A burguesia urbana passou a se beneficiar dos trabalhadores do campo que estavam indo para a cidade, pois poderiam contratá-los para mão de obra precarizada, enquanto as elites agrárias utilizavam as terras esvaziadas para lucrar com a produção de alimentos para essa população urbana que cada vez mais crescia. Assim, grandes centros urbanos foram se formando e com isso, o inchaço das periferias se alimentou desse processo de esvaziamento do campo como estratégia de dominação de território.

A análise do Brasil que se formou a partir da década de 1930 é fundamental para entendermos as consequências que vão se desdobrando com o avanço da propriedade privada - iniciada na Lei de Terras de 1850 - como instrumento de controle da mão de obra do campo

e da cidade, assim como é onde inicia-se de forma violenta o processo de desenraizamento dos povos do campo, como também essa década ficou marcada com uma das mais difíceis do século, com uma das maiores secas da história na região nordeste, a 2ª guerra e a crise econômica mundial que atingiu diretamente a produção agrícola, principalmente o café. Assim os trabalhadores do campo se viram obrigados a procurar outro trabalho na cidade, pois continuar a vida no campo era inviável, não havendo condições materiais garantidas para que os povos do campo pertencessem ao campo.

A formação do campesinato brasileiro aqui exposta apresentam as condições materiais das relações de trabalho constituídas historicamente que implicam no contexto atual do campo, pois evidenciam um conflito acerca dos interesses econômicos sob a vida no campo e o trabalho camponês, assim como reforçou a oposição entre cidade-campo a partir da propriedade privada - através do latifúndio - e do controle do Estado, tendo como consequência o monopólio das terras que estão nas mãos de poucos, a não realização da reforma agrária e o negligenciamento histórico de políticas públicas que atendessem as reivindicações dos povos do campo.

Partindo da premissa de que “Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”(FREIRE, 2014, p. 67), podemos afirmar que a criação de cursos que têm em suas bases históricas, teóricas e metodológicas, na luta do campesinato brasileiro por Educação, assume um papel fundamental na superação da oposição dos interesses entre a cidade e o campo, visto que, a partir da existência de cursos de graduação que mantenha-se fiel a sua base conceitual, apoiando as lutas dos povos do campo e movimentos sociais, possibilita um terreno fértil para contribuir com o processo de acumulação de conhecimentos que fundamentam a Educação do Campo e contribui na superação dessa oposição a partir da formação docente, pesquisa científica e extensão universitária com os povos do campo.

Em um universo acadêmico conservador, visto que, a formação educacional brasileira tem suas bases no autoritarismo, a existência de cursos que tem como base a luta das classes populares do Brasil, assume uma posição estratégica que é fundamental no processo de construção de novas perspectivas educacionais. Porém, a Universidade - enquanto instituição de ensino, pesquisa e extensão - deve criar condições para garantir a qualidade da abordagem conceitual do curso. Por isso que, não basta existir um curso que tem suas raízes em um projeto popular revolucionário no ensino superior, mas deve ser o papel da instituição garantir que os editais de concurso de professores disponham de vagas para professores pesquisadores

da Educação do Campo ou que tenham a questão agrária como área de estudo na carreira acadêmica.

No caso do objeto de nossa pesquisa, o curso de Pedagogia (Educação do Campo) da UFPB condiciona uma posição estratégica na superação da oposição entre cidade-campo, visto que: em primeiro lugar, o curso é ofertado na cidade, rompendo com a lógica de que Educação do Campo só se faz no campo e só interessa apenas aos camponeses, não permitindo que os povos do campo fomentem o debate acadêmico em universidades urbanas. Em segundo, este curso tem como requisito para ingresso a inscrição pelo Sistema de Seleção Unificada (SISU), ou seja, qualquer pessoa, seja do campo ou da cidade, pode se formar para aprofundar-se em uma proposta educacional libertadora construída pelos povos do campo e movimentos sociais.

A Educação do Campo chega primeiramente à UFPB através do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA - em parceria firmada entre a UFPB e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA - que se propôs a formação dos povos do campo e é fruto das lutas dos movimentos sociais do campo em busca da construção da reforma agrária popular, por um novo paradigma social, educacional e econômico do campo.

Em termos de organização social coletiva no campo brasileiro, destaca-se o protagonismo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Foi criado no ano de 1984, constituindo-se como um dos principais movimentos que se mobilizou em defesa da Educação do Campo, uma vez que, no conjunto das lutas por Reforma Agrária, considerou a educação como instrumento fundamental no processo estratégico de fortalecimento do projeto de sociedade, tendo a Reforma Agrária como base. (BIZERRA, L.; COSTA, L.; BATISTA, M. 2018, p.21)

O PRONERA é uma conquista das lutas dos movimentos sociais do campo, frente ao descaso referente a políticas públicas que pudessem contribuir para a diminuição do analfabetismo no campesinato brasileiro, além de possibilitar a formação em nível superior para essa mesma população. No Estado da Paraíba, este programa iniciou-se em 1999 com o Curso de Alfabetização de Jovens e Adultos no campus I da UFPB. Posteriormente ofertou-se o curso de nível de ensino superior, foram contempladas pelo PRONERA os cursos de Ciências Agrárias, História e Pedagogia.

Portanto, é fundamental afirmar que o PRONERA surge a partir das reivindicações dos movimentos sociais do campo por Educação, tornando-se uma política pública referencial para o fomento da E.C. no ensino superior. Esse fomento gerou frutos, que tornou-se o objeto desta pesquisa, sendo o Curso de Licenciatura em Pedagogia (Educação do Campo) uma conquista direta da luta dos povos do campo que se iniciou com o PRONERA.

O ensino superior é um território que por muito tempo foi negado o acesso para os povos do campo e movimentos sociais. A criação de um curso permanente em Pedagogia(Educação do Campo) é uma conquista direta da luta dos movimentos sociais do campo e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), que em articulação com o INCRA, PRONERA e a UFPB, buscaram levar a discussão da Educação do Campo para um cenário nacional, em todos os níveis de ensino, fazendo valer direitos constitucionais de Educação, que é de interesse de soberania nacional, sendo de profunda relevância para superação da oposição de interesses entre campo-cidade. A reivindicação do curso, aliado ao fato da licenciatura de Pedagogia (Educação do Campo) acontecer na cidade, demonstram o evidente interesse dos movimentos sociais do campo em transformar a interpretação da oposição campo-cidade dada pelas relações capitalistas, em um debate por uma Educação do Campo, construída a partir dos interesses dos trabalhadores do campo.

Nesse movimento de luta, os movimentos sociais incluíram a educação como um dos elementos constitutivos da luta por Reforma Agrária, associando-se ao conjunto de direitos historicamente negados a homens e mulheres do campo, foi assim que se deu o delineamento do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). (BIZERRA, L.; COSTA, L.; BATISTA, M. 2018, p.24)

Este curso, por si só, não resolverá a oposição entre campo-cidade, pois essa superação depende de uma mudança estrutural a nível nacional, não apenas no âmbito educacional. Mas, possibilita um ponto de partida na luta por essa superação a partir do ensino, pesquisa e extensão no ensino superior no Estado da Paraíba, já que o conceito da Educação do Campo tem como base a interpretação marxista do materialismo histórico-dialético das relações de trabalho. Essa superação da oposição de interesses não se fará por voluntarismo, e a existência desse curso em uma Instituição de Ensino Federal é uma mudança de paradigma para o ensino superior brasileiro.

É preciso afirmar que a Universidade está inserida na sociedade e como parte deste todo, terá nas suas relações, as reproduções sociais do sistema econômico, social e político capitalista. No caso do Brasil, há um forte avanço do neoliberalismo sob todos os aspectos. E a Educação é um desses alvos. Portanto, um curso que tem suas raízes nas lutas populares, deverá permanecer sempre atento ao avanço das pautas neoliberais sob a educação da instituição de ensino em que está inserida.

Parto da tese de que toda universidade é essencialmente política (não necessariamente politizada), isto é, toda universidade defende certos interesses, que em uma sociedade de classe são os interesses da classe economicamente dominante. Em outras palavras: toda universidade é, no plano ideológico, o reflexo da política e da economia de uma sociedade dada. (GADOTTI, 2012, p.148)

A luta dos povos do campesinos que embasam a Educação do Campo, reivindicam sua forma de se relacionar com o campo, a partir de um processo de acumulação de experiências históricas do campesinato, que usufrui da terra não como uma relação capitalista de monocultura e obtenção de lucros, mas como um modo de vida e existência que precede a urbanização capitalista. Porém, a vida na cidade e no campo, em uma perspectiva libertadora, não são opostos, mas coexistem em uma nação e necessitam uma da outra para garantias da soberania nacional.

Para isso, é fundamental garantir que o conceito da Educação do Campo seja explorado e aprofundado de forma efetiva, a partir das necessidades atuais do campesinato brasileiro, assim como, garantir que essa participação aconteça no âmbito pedagógico, curricular e prático do curso, para que assim, garanta condições teóricas e práticas para a contribuição com a Educação do Campo e a formação de pedagogos do campo para a superação de ideologias capitalistas que transformam os interesses do campo e da cidade em opostos.

3 A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO CURSO DE PEDAGOGIA: UMA ANÁLISE DAS EMENTAS E CONTEÚDOS DO PLANO DE CURSO.

O curso de Pedagogia com área de aprofundamento em Educação do Campo foi criado em 2009, no Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE da Universidade Federal da Paraíba, sendo regulamentado pela Resolução nº47/ 2009, do Centro de Educação, *Campus I*, desta Universidade (Processo nº 23074.019269/08-31). Porém desde então seu PPC passou por modificações estando em vigor a Resolução do CONSEPE 33/2018.

O ponto de partida para esta análise será o Anexo II do PPC do curso, aprovado na Resolução 33/2018 do CONSEPE, disponível no site oficial do curso na UFPB e refere-se à Organização Curricular do Curso. A análise deste documento foi importante para identificarmos todas as disciplinas do curso, assim como as modalidades dos componentes curriculares, a Carga Horária, Créditos e Pré-requisitos

De acordo com o documento, cinquenta e uma disciplinas integram a grade curricular do curso, divididas entre disciplinas obrigatórias e optativas. Trinta e nove disciplinas compõem as disciplinas obrigatórias, enquanto doze fazem parte das disciplinas optativas. Ao compararmos com as ementas das disciplinas ofertadas no período 2022.1, verificamos que houveram seis disciplinas optativas específicas à E.C. que não foram ofertadas. Essas disciplinas constam no quadro de análise das ementas como “Não Ofertadas”

Esse curso consolida um importante espaço de fortalecimento da luta dos trabalhadores rurais e movimentos sociais do campo, tendo como objetivo principal, proporcionar a formação de professores para atuar nas áreas rurais em geral e em assentamentos dos movimentos sociais do campo.

O curso de licenciatura em Pedagogia com área de aprofundamento em Educação do Campo na UFPB é ofertado no Campus I, na capital João Pessoa. O fato do curso ser ofertado na cidade, representa uma vitória de todos que lutam pela Educação do Campo, que durante as últimas décadas, reivindicam o direito dos povos do campo por uma educação do campo e que essa política pública seja garantida em todos os níveis de ensino, assim como em todos os territórios, para assim, poder romper com a oposição estabelecida entre cidade-campo.

Defendemos um tratamento específico da Educação do Campo com dois argumentos básicos: - a importância da inclusão da população do campo na política educacional brasileira, que é condição de construção de um projeto de educação nacional, vinculado a um projeto de desenvolvimento nacional, soberano e justo. Na situação atual esta inclusão somente poderá ser garantida através de uma política pública específica: de acesso e permanência e de projeto pedagógico; - a diversidade dos processos produtivos e culturais que são formadores dos sujeitos humanos e sociais do campo e que precisam ser compreendidos e levados em conta na construção do projeto pedagógico da educação do campo. (2ª CNEC, 2004).

A II Conferência Nacional Por uma Educação do Campo(CNEC) foi um ato importante pela articulação da Educação do Campo no Brasil. É importante perceber que em 2004, a reivindicação a partir da declaração final, ampliou o debate sobre a importância da inclusão da população campesina nas políticas educacionais brasileiras, e consequentemente a partir do acesso e a permanência em todos os níveis de ensino, garantindo que seja possível a construção de um projeto pedagógico que considere e valorize as especificidades da Educação do Campo.

Portanto, a implementação desse curso é uma importante conquista de espaço por uma Educação do Campo, já que este, é um conceito pensado e construído de forma coletiva, com a contribuição de inúmeros sujeitos e coletivos. Considerando isso, é preciso estar sempre atento se as demandas da Educação do Campo estão presentes e se estão contextualizadas a partir da realidade camponesa.

A partir desses argumentos do II CNEC, é importante buscar analisar a efetividade da Educação do Campo a partir do Projeto Pedagógico e os conteúdos que estão nos componentes curriculares do curso de Pedagogia (Educação do Campo) da UFPB. Sabemos que a construção do currículo em E.C. traz desafios em relação a superação da perspectiva educacional excludente que desconsidera as especificidades dessa modalidade, visto que as licenciaturas em geral divergem dos debates originários da E.C.

O encontro entre a Educação do Campo e uma Licenciatura só pode ser tenso. Primeiro porque o formato legal e institucional das Licenciaturas existentes no sistema educacional é a expressão de uma concepção de formação de educadores e de escola que diverge dos debates originários da Educação do Campo. E segundo porque os sujeitos envolvidos nesse encontro, movimentos sociais, governos e universidades não têm, em seu conjuntos, os mesmos interesses e objetivos e nem a mesma dinâmica de atuação, ou seja, se o curso mantiver sua proposta de origem ele encarnar as tensões e contradições que estão hoje no conjunto da Educação do Campo, talvez agravadas pelas tensões específicas do debate sobre a formação de educadores que está no conjunto da sociedade. (CALDART, 2010, p.133)

Portanto, a investigação acerca da relação entre o curso e a E.C. é fundamental para o fortalecimento do conceito no curso, assim como, é imprescindível buscar o alinhamento conceitual com os movimentos sociais do campo. O currículo de Pedagogia (Educação do Campo) deve buscar romper com as concepções tradicionais curriculares, assumindo o caráter da educação na perspectiva libertadora, que são fundamentos para a Educação do Campo, adotando o diálogo como princípio orientador da construção curricular. Nesse processo devem estar envolvidos: professores(as), estudantes, movimentos sociais do campo, trabalhadores assalariados rurais, quilombolas, indígenas, ribeirinhos, para assim, contribuir objetivamente com o fortalecimento da E.C.

Em outras palavras, o diálogo, como fundamento e princípio da proposta educacional libertadora, pode orientar as questões que permeiam a construção do currículo na busca do conteúdo programático da educação, em torno do objeto do conhecimento que o(a) professor(a) vai dialogar com os(as) estudantes. (MENEZES e SANTIAGO, 2014, p.55)

Um currículo construído coletivamente, com a participação de todos os sujeitos envolvidos no processo educacional, contribui para uma perspectiva crítica e libertadora da formação docente. Para o conceito do curso, é fundamental que este seja o caminho a ser seguido.

3.1 A Educação do Campo no currículo do Curso de Pedagogia em Educação do Campo

O currículo do curso de Pedagogia em Educação do Campo deve levar em consideração os princípios da Educação do Campo na teoria e na prática docente, assim como, envolver estudantes e professores com a vida e a realidade camponesa, criando uma relação dialógica e dialética com os povos do campo. Essa relação é importante para que haja uma compreensão efetiva de todos os elementos que compõem a complexidade da realidade camponesa.

Na execução desta licenciatura, deve-se partir da compreensão da necessária vinculação da Educação do Campo com o mundo da vida dos sujeitos envolvidos nos processos formativos. O processo de reprodução social destes sujeitos e de suas famílias, ou seja, suas condições de vida, trabalho e cultura não podem ser subsumidos numa visão de educação que se reduza à escolarização. (MOLINA e SÁ, 2012, p.469)

A Pedagogia em Educação do Campo deve compreender os diversos processos formativos que contribuem para a construção da cultura e identidade camponesa. Sabendo disso, deve-se buscar valorizar os aspectos da vida cotidiana do campo, fazendo com que o estudante do curso compreenda não somente os fundamentos e a teoria que são basilares para a Educação do Campo, mas buscar relacionar a prática docente com a vida cotidiana, assim como a luta e a acumulação histórica que contribuiu para a construção da E.C. De acordo com Sá e Molina (2012, p.469): “A Educação do Campo compreende os processos culturais, as estratégias de socialização e as relações de trabalho vividas pelos sujeitos do campo, em suas lutas cotidianas para manterem esta identidade, como elementos essenciais de seu processo formativo.”

Portanto, o papel do currículo nesta graduação é colaborar com a formação de pedagogos que se opunham ao projeto hegemônico de educação urbana, pois encontram-se em posições diametralmente opostas, visto que a Educação do Campo valoriza a vida no campo, a cultura camponesa, a identidade dos povos do campo e sua realidade. Já a educação urbana sobre o campo - ou a educação rural - não buscam atender as necessidades dos povos

do campo. Buscam apenas cumprir, de forma completamente descolada da realidade, a necessidade da oferta de educação para os povos do campo, sem se preocupar com a qualidade do ensino, do aprendizado e das experiências que vão ser construídas a partir da escola, buscando atender apenas os interesses do agronegócio, transformando os sujeitos em seres passivos e acríticos.

Numa pedagogia oposta à pedagogia do colonizador (que na falta de melhor expressão chamamos de pedagogia do conflito), o educador reassume a sua educação e seu papel eminentemente crítico: à contradição (opressor-oprimido, por exemplo), ele acrescenta a consciência da contradição, forma gente insubmissa, desobediente, capaz de assumir sua autonomia e participar na construção de uma sociedade mais livre.(GADOTTI, 2012, p.69)

O currículo nesta licenciatura deve abordar em seus componentes curriculares teorias e práticas acerca do da Educação do Campo que vão possibilitar o aprofundamento da formação, devendo permitir uma base curricular integrada com este conceito, assumindo o caráter da crítico emancipador e libertadora de matriz freireana. É importante que o currículo de Pedagogia (Educação do Campo) busque estar atualizado de acordo com o contexto e o debate atual deste conceito, valorizando aspectos e análises de conjunturas para a caracterização da E.C na formação acadêmica.

3.2 Análise das ementas do período 2022.1.

Neste capítulo realizamos a análise das ementas das disciplinas ofertadas no período 2022.1. Essa análise é importante para identificarmos o aprofundamento na Educação do Campo do curso, assim como, mapear as disciplinas específicas da E.C. e as demais disciplinas que não são específicas, mas que abordam conceitos que dialogam com essa modalidade.

Para dar conta do objeto de investigação, fizemos uma análise documental no com foco nas disciplinas e suas respectivas ementas do período 2022.1, buscando identificar e analisar como a Educação do Campo vem sendo abordada no curso de Pedagogia da UFPB. A partir da análise das ementas, constatamos a base teórica que fundamenta as disciplinas do curso de Pedagogia (Educação do Campo) e quais conceitos estão sendo explorados na formação do pedagogo para atuar na Educação do Campo.

Ao analisar as ementas, destacamos as disciplinas obrigatórias e optativas para avaliar a presença dos princípios, fundamentos teóricos e metodológicos. A organização do quadro conceitual contou com a organização das disciplinas por: Código, Nome/Ementa e Fundamentos da Educação do Campo, identificados nas descrições das ementas. Com isso,

destacamos em negrito os fundamentos que se relacionam com a Educação do Campo na base do currículo das disciplinas.

3.2.1 Componentes curriculares obrigatórios

A partir da análise das ementas das disciplinas do período 2022.1, quarenta e cinco disciplinas que compõem a grade curricular do curso de Pedagogia (Educação do Campo) foram ofertadas. Sendo essas, trinta e nove parte da grade curricular obrigatória e seis referente aos componentes curriculares optativos.

As ementas das disciplinas têm o objetivo de dar um direcionamento referente ao que vai ser estudado no componente curricular. A análise das ementas neste curso nos permite constatar e problematizar o aprofundamento do curso no conceito da Educação do Campo, visto que, o objetivo do curso é formar pedagogos para, preferencialmente, atuar em assentamentos da reforma agrária e escolas de zona rural.

Ao analisar as ementas das disciplinas obrigatórias, constatamos que existem seis disciplinas que são voltadas ao aprofundamento em Educação do Campo no referido curso. As disciplinas abordam concepções teóricas e práticas que dialogam objetivamente com o conceito aprofundado no curso como: fundamentos sócio históricos da Educação do Campo, economia popular solidária, práticas associativas, práticas educativas na E.C., projetos de pesquisa/extensão na E.C.

Na análise das ementas, constatamos que outras nove disciplinas obrigatórias que não são específicas do aprofundamento em Educação do Campo, mas de certa maneira, abordam conceitos que são objetivamente da E.C. ou dialogam com este conceito, atribuindo uma relação entre o conteúdo da disciplina com os fundamentos da E.C.

Entre as disciplinas obrigatórias que não são específicas da E.C., mas dialogam de alguma maneira com o conceito estão: Educação Popular, Artes e Educação, Currículo e Educação, gestão de processos educacionais, Conteúdo e Metodologia do ensino de ciências, história e geografia, história da educação, entre outras.

As ementas das disciplinas nos permite constatar os direcionamentos conceituais das disciplinas deste curso, mas a realidade da prática docente, por vezes, amplia o debate para além do que está explícito nas ementas, como também não são garantias de que os conceitos estão sendo realmente abordados nas disciplinas. Para isso, faremos a comparação de

informações entre as ementas e os planos de curso do período 2022.1 das dezessete disciplinas identificadas que abordam os conceitos da Educação do Campo.

Quadro 1 - Ementas das disciplinas obrigatórias do Curso de Pedagogia(Educação do Campo) do período 2022.1

Componentes Curriculares Obrigatórios		
Código	Nome/Ementa	Educação do Campo
1302105	DIDÁTICA A didática e suas dimensões político-social, técnica humana e as implicações no desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem. O objeto da didática. Pressupostos teóricos, históricos, filosóficos e sociais da didática. Tendências pedagógicas e a didática, Planejamento de ensino. O ato educativo e a relação professor aluno.	Não aborda
1303373	POLÍTICA EDUCACIONAL Políticas educacionais e programas governamentais, a legislação e as tendências educacionais para a Educação Básica, no contexto das mudanças estruturais e conjunturais da sociedade brasileira.	Não aborda
1302339	EDUCAÇÃO POPULAR As concepções e o estatuto teórico da educação popular; a cultura erudita, a cultura popular e a educação popular; a educação não formal, a educação permanente e a educação popular; a supervisão das dicotomias formal/não formal e a teoria e prática; a escola pública e a educação popular; a educação popular e os movimentos sociais; a educação popular na sociedade brasileira atual.	A educação popular e os movimentos sociais
1302338	TEORIAS E PRÁTICAS DA EDUCAÇÃO POPULAR Concepções teóricas e práticas de Educação Popular, com ênfase nas teorias de Paulo Freire. A dimensão educativa das práticas sociais em Educação Popular.	Não aborda
1303384	ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV - PEDAGOGIA DO CAMPO Estudo avaliativo sobre as práticas de educação de crianças nos anos iniciais da Educação Básica, objeto do estágio, considerando as implicações teórico-metodológicas relacionadas as: a) questões da observação do estágio,	Não aborda

	enquanto situação de aprendizagem da sistematização da prática pedagógica; b) caracterização e avaliação da participação do estagiário, enquanto sujeito da formação no processo de desenvolvimento do estágio. O ensino/aprendizagem da Educação Básica.	
1303385	ESTÁGIO SUPERVISIONADO V-PEDAGOGIA DO CAMPO A gestão da escola e da sala de aula e o ensino/aprendizagem da Educação Básica no campo. Avaliação do processo de ensino vivenciado, Defesa e apresentação do trabalho.	A gestão da escola e da sala de aula e o ensino/aprendizagem da Educação Básica <i>no</i> campo.
1303386	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - PEDAGOGIA DO CAMPO Orientação temática e metodológica para a finalização do trabalho de curso.	Não aborda
1301290	FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS PEC/MS Perspectivas teórico-metodológicas da educação de Jovens e Adultos: educação permanente, educação não formal e educação popular, Evolução da Educação de adultos como prática social no contexto da sociedade brasileira, Fundamentos Psico-sociolinguísticos na educação, Educador e a formação da cidadania.	Não aborda
1303198	METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO Leitura e produção de textos, com aplicação das normas técnicas, apresentadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) para a elaboração da produção científica, tais como: resumo, resenha, fichamento, ensaios, artigos, relatórios e monografias.	Não aborda
1302325	EDUCAÇÃO E MOVIMENTOS SOCIAIS Os movimentos sociais como espaço educativo na formação da cidadania. A relação entre poder e saber no processo de construção e apropriação do conhecimento, no âmbito dos movimentos sociais. A questão da articulação da educação não formal com o sistema formal de ensino e o papel dos movimentos sociais. As tendências e perspectivas da educação dos movimentos sociais populares na realidade brasileira hoje. O caráter educativo e a especificidade do movimento sindical na realidade brasileira.	Não aborda
1301268	FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO E DO ENSINO FUNDAMENTAL Análise crítica dos fundamentos e pressupostos filosóficos, históricos, sócio-econômicos, legais, biopsicológicos e	Não aborda

	político-culturais da Educação no Ensino Fundamental. Concepções de Infância ao longo da história e suas implicações nas atividades e formas de atendimento pedagógico.	
1302418	ARTES E EDUCAÇÃO A importância da arte na educação como processo de criação e de ensino. Vivência de diferentes linguagens da arte. A mística nos movimentos sociais como um processo educativo.	A mística nos movimentos sociais como um processo educativo.
1302419	ORGANIZAÇÃO E PRÁTICA DE EJA Conceito de alfabetização de Jovens e Adultos e suas concepções no processo histórico. Contribuições teóricas da Educação de Jovens e Adultos. Conteúdos básicos em Educação de Jovens e Adultos. Pressupostos pedagógicos e metodológicos em suas dimensões política, econômica e ideológica. Análise de práticas pedagógicas e a construção de um novo saber. Estudo crítico dos PCNs, como instrumento de reflexão/ação na metodologia e aplicada ao ensino da Educação de Jovens e Adultos.	Não aborda
1302420	ALFABETIZAÇÃO: PROCESSOS, MÉTODOS E PRÁTICAS Concepções de analfabetismo e de alfabetização; Aspectos sociais, políticos e teórico-metodológicos da Alfabetização. Perspectiva histórica da alfabetização. Os processos de construção da leitura e da escrita.	Não aborda
1303357	CURRÍCULO E EDUCAÇÃO Os diferentes paradigmas do currículo as tendências tradicionais, crítica e pós-crítica. O processo de seleção, organização e distribuição do conhecimento, O currículo, as normas e a política educacional brasileira. O currículo e a construção do projeto político-pedagógico no cotidiano da escola. O currículo na perspectiva da Educação do Campo.	O currículo na perspectiva da Educação do Campo.
1307004	FUNDAMENTOS SÓCIO-HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO Contextualização sócio-histórica de luta pela terra e por educação, Origem e problematização do conceito de educação do campo, concepções teóricas e práticas educativas, Os movimentos sociais e a educação de campo, Papel social da escola no campo.	Toda a ementa.
1307005	EDUCAÇÃO, ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA E PRÁTICAS ASSOCIATIVAS Experiências de empreendimentos em economia solidária.	Toda a ementa

	Economia solidária: introdução, história e princípios básicos. Heterogestão e autogestão, fundamentos históricos e filosóficos. Educação popular em empreendimentos solidários e novos campos para empreendimentos solidários.	
1307008	PROJETO DE PESQUISA E EXTENSÃO NO CAMPO I Elaboração e execução de proposta de intervenção integrando ensino, pesquisa e extensão nas diversas práticas educativas no campo.	Toda a ementa
1307001	GESTÃO DE PROCESSOS EDUCATIVOS EM ESCOLAS DO CAMPO Modelos organizacionais de escola a formas de gestão. Gestão educacional e desafios do cotidiano escolar. A gestão democrática da unidade escolar: o processo administrativo e sua dimensão político-pedagógica. Autonomia das escolas. Educação, gestão democrática e participação popular, Orçamento e democracia. Cidadania na escola. Organização e funcionamento dos Conselhos Escolares. Especificidades da gestão nas escolas rurais, gestão na Educação do Campo.	Especificidades da gestão nas escolas rurais, gestão na Educação do Campo.
1307003	PESQUISA E PRÁTICAS EDUCATIVAS NA EDUCAÇÃO DO CAMPO II Introdução à prática de pesquisa nas diferentes instâncias educativas, a partir da elaboração de projeto de modo a buscar estabelecer a relação teoria-prática de forma interdisciplinar, visando a articulação entre a realidade do aluno e a prática pedagógica da escola do campo, proporcionando a análise global e crítica da realidade educacional.	Toda a ementa
1307014	ESTÁGIO SUPERVISIONADO I Estudo avaliativo sobre as experiências vivenciadas no ensino fundamental (séries iniciais) considerando-se a) questões relacionadas com a vivência do estagiário em situação de observação e participação no processo pedagógico; b) questões teórico-metodológicas inerentes ao processo educativo em desenvolvimento no âmbito das práticas vivenciadas.	Não aborda
1307015	ESTÁGIO SUPERVISIONADO II A dinâmica de sala de aula, o planejamento e o ensino/aprendizagem em salas dos anos iniciais do ensino fundamental, com ênfase nos conteúdos e nos objetivos de ensino de Língua Portuguesa. Instrumentalização teórico-metodológicas pertinente à realidade e ao diálogo teoria/prática.	Não aborda

1307016	ESTÁGIO SUPERVISIONADO III A dinâmica da sala de aula, planejamento e o ensino/aprendizagem em salas dos anos iniciais, possibilitando o desenvolvimento dos vários níveis de competência profissional.	Não aborda
1307017	CONTEÚDO E METODOLOGIA DO ENSINO DE PORTUGUÊS O desenvolvimento da competência comunicativa nas modalidades oral e escrita e nos diversos gêneros discursivos, no repertório de crianças, jovens e adultos, em início de escolarização. Fundamentos linguísticos, fonológicos, sociopsicolinguísticos da língua materna. A Escrita como produção social.	Não aborda
1307018	CONTEÚDO E METODOLOGIA DO ENSINO DE HISTÓRIA Abordagens teóricas do ensino de História nos anos iniciais do Ensino Fundamental. A construção da noção de tempo histórico. Os conteúdos e os aspectos metodológicos do ensino de História e o planejamento de ensino. Propostas curriculares para o ensino de História nos anos iniciais do Ensino Fundamental. O ensino de história nas escolas do campo.	O ensino de história nas escolas do campo.
1307010	CONTEÚDO E METODOLOGIA DO ENSINO DE GEOGRAFIA As dimensões espaciais, sociais, econômicas da Geografia. Abordagens teóricas do ensino de geografia nos anos iniciais do EF. O planejamento, os conteúdos e os aspectos metodológicos do ensino de Geografia nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Propostas curriculares para o ensino de geografia nos anos iniciais do Ensino Fundamental nas escolas de campo.	Propostas curriculares para o ensino de geografia nos anos iniciais do Ensino Fundamental nas escolas de campo.
1307020	CONTEÚDO E METODOLOGIA DO ENSINO DE MATEMÁTICA A função social da Matemática e sua relação com a realidade. Os conteúdos e o ensino da Matemática nas séries iniciais do Ensino Fundamental a partir dos Parâmetros Curriculares Nacionais. Metodologia e materiais didáticos para o ensino da Matemática. Avaliação e relação professor/aluno no ensino da Matemática.	Não aborda
1307021	CONTEÚDO E METODOLOGIA DO ENSINO DE CIÊNCIAS Abordagens teóricas para o ensino de ciências nos anos iniciais do EF. Diretrizes curriculares para o ensino de Ciências e a Educação do Campo nos anos iniciais do	Diretrizes curriculares para o ensino de Ciências e a Educação do Campo nos anos

	ensino fundamental. O planejamento. Os conteúdos e os aspectos metodológicos do ensino de Ciências nos anos iniciais do Ensino Fundamental. As diretrizes curriculares e o ensino de Ciências nas escolas de campo.	iniciais do ensino fundamental; As diretrizes curriculares e o ensino de Ciências nas escolas de campo.
GDECA0022	PROJETO DE PESQUISA E EXTENSÃO NO CAMPO II Execução e avaliação de proposta de intervenção integrando ensino pesquisa e extensão nas diversas práticas educativas no campo.	Toda a ementa
GDLS0024	LIBRAS Aspectos sócio históricos, linguísticos identitários e culturais da comunidade surda. Legislação e surdez. Filosofias educacionais para surdo, Aspectos linguísticos da Libras: fonológicos, morfológicos, sintáticos semântico-pragmáticos da Língua Brasileira de Sinais, Prática de conversação em Libras.	Não aborda
GDFED0105	FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO Conceituação de filosofia e filosofia de educação: delimitação do seu objeto. Filosofia, conhecimento, ciência e ideologia. Filosofia da educação e história: estrutura e contexto sociais como orientadores da reflexão. As bases filosóficas da educação e as correntes da Filosofia. A Filosofia no contexto Educacional Brasileiro.	Não aborda
GDFED0106	SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO Sem ementa	Não aborda
GOFED0107	PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO A relação da psicologia com a educação. Concepção de desenvolvimento humano e cognitivo: Áreas do desenvolvimento Humano; A importância da aprendizagem no desenvolvimento humano. Fundamentos psicológicos concernentes ao processo de constituição do conhecimento. Relações sociais e afetivas e as implicações educacionais.	Não aborda
GDFED0108	HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO A História em suas correntes e métodos. A História da Educação. Perspectivas históricas das relações da História da Educação com a história do Brasil. A educação no período colonial. A sociedade imperial brasileira e a organização do processo educacional. A política educacional do período da primeira república. O projeto desenvolvimentista populista e	A educação <i>no</i> campo nos contextos das estruturas políticas brasileiras.

	seu programa educacional. A ditadura militar e sua proposta educacional. A redemocratização e o sistema educacional. Neoliberalismo e educação. A educação no campo nos contextos das estruturas políticas brasileiras.	
GDECA0023	PESQUISA E PRÁTICAS EDUCATIVAS NA EDUCAÇÃO DO CAMPO I Introdução à pesquisa científica, com ênfase na Educação do Campo, relacionando os aportes teóricos históricos, filosóficos, sociológicos e pedagógicos, proporcionando a relação teoria-prática de forma interdisciplinar.	Toda a ementa.
GDECA0029	CONTEÚDO E METODOLOGIA DO ENSINO DE MATEMÁTICA I A função social da Matemática e a sua relação com a realidade. Documentos oficiais vigentes nos âmbitos nacional e estadual. Ensino da Matemática escolar. Eixos de aprendizagem da Matemática (1º ao 3º anos do Ensino Fundamental), Conteúdos obrigatórios de Matemática (1º a 3º anos de Ensino Fundamental). Metodologias de Ensino da Matemática (1º ao 3º anos do Ensino Fundamental). Avaliação escolar e a Matemática (1º ao 3 anos do Ensino Fundamental).	Não aborda
GDECA0030	CONTEÚDO E METODOLOGIA DO ENSINO DE MATEMÁTICA II Relação Professor/aluno e o ensino de Matemática. Eixos de aprendizagem da Matemática (4º e 5º anos do Ensino Fundamental), Conteúdos obrigatórios de Matemática (4º ao 5º anos de Ensino Fundamental). Metodologias de ensino da Matemática (4º ao 5º anos do ensino Fundamental). Avaliação escolar e a Matemática (4º e 5º anos do Ensino Fundamental). Processo de transição para os anos finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º do Ensino Fundamental).	Não aborda
GDLPL0063	PORTUGUES INSTRUMENTAL Leitura, análise e produção textual. O texto e a sua dimensão; relações internas e externas. Habilidades básicas de produção textual: objetividade, clareza, concisão, precisão. Tipo de texto: o relatório (linguagem e estrutura, componentes discursivos, apresentação). Estudo e prática da norma culta escrita, ortografia e acentuação; concordância e regência, colocação nominal.	Não aborda
Total de disciplinas obrigatórias ofertadas em 2022.1: trinta e nove(39)		
Quantidade de disciplinas não específicas que abordam conceitos relacionados à Educação do Campo: nove (9)		

Quantidade de disciplinas que as ementas são voltadas ao aprofundamento em Educação do Campo.: seis (6)
Percentual de disciplinas que abordam ou são específicas à Educação do Campo em relação ao total: 38%
Percentual de disciplinas específicas à Educação do Campo em relação ao total: 15%

Fonte: ementas das disciplinas ofertadas no período 2022.1

Conforme classificamos na análise das ementas dos componentes curriculares obrigatórios, nove disciplinas abordam conceitos que dialogam com a E.C. Entre esses conceitos estão: educação popular e movimentos sociais, a mística nos movimentos sociais como um processo educativo, currículo na perspectiva da E.C., gestão em escolas da E.C., ensino de história em Escolas do Campo e a educação no campo no contexto das estruturas políticas brasileiras. Essas disciplinas não são específicas ao aprofundamento em E.C., mas suas ementas abordam alguns conceitos que estabelecem relação entre o conteúdo da disciplina com o conceito do curso.

Identificamos seis disciplinas que são voltadas especificamente ao aprofundamento conceitual do curso, ao qual podemos destacar duas disciplinas, que são: Fundamentos Sócio-Históricos da Educação do Campo e Educação, Economia Popular Solidária e Práticas Associativas. Estas abordam o aprofundamento no curso em diversos aspectos, como a contextualização da luta por terra e educação numa perspectiva sócio-histórica, a origem da Educação do Campo desde concepções teóricas e práticas, o papel dos movimentos sociais do campo, assim como, as experiências da economia solidária, desde sua história aos princípios básicos, autogestão nos empreendimentos solidários, entre outros. As outras quatro disciplinas específicas ao aprofundamento no curso, referem-se à pesquisa, extensão e práticas educativas no campo.

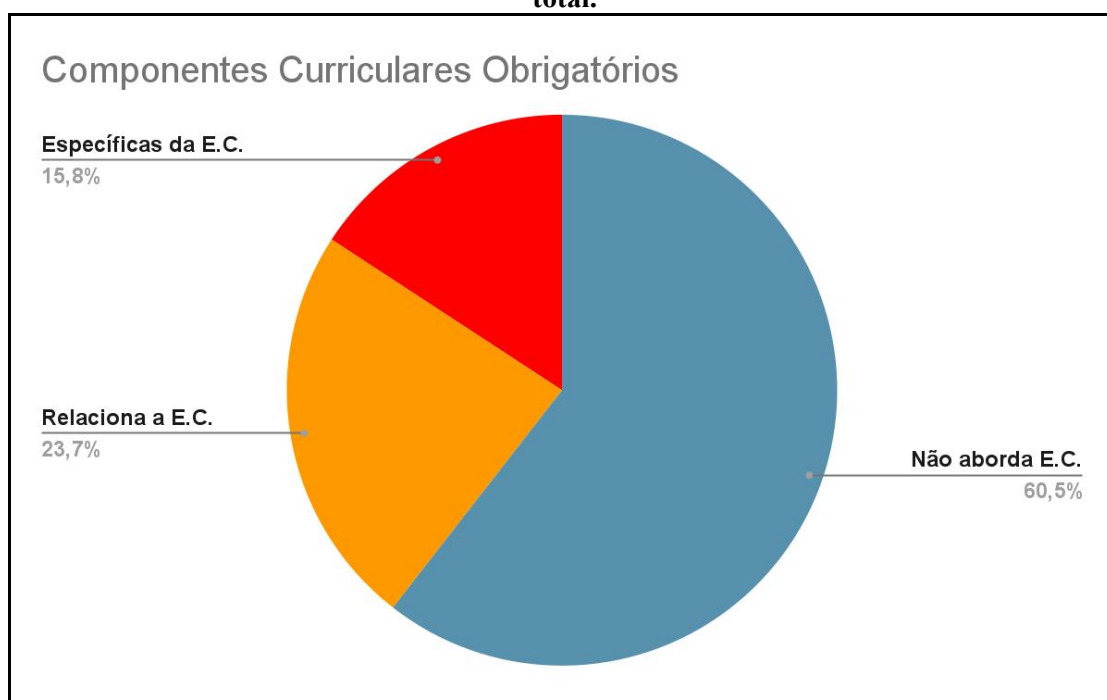
A utilização do termo no campo nos nomes e ementas das disciplinas nos trazem uma reflexão importante. Há uma diferença conceitual entre o “do campo” e “no campo”, onde a primeira nos remete a uma perspectiva que tem como fundamento a construção do conceito a partir do campo e sua realidade, contradições, etc, enquanto a segunda refere-se à localização geográfica do objeto de estudo, mas que não há experiências de valorização dos preceitos da E.C.

O termo no campo se refere à escola que está situada geograficamente, porém, não se tem ações específicas, que valorizem a cultura daquele lugar no espaço escolar. Por sua vez, o termo do campo, se atribui a escola que, mesmo estando localizadas na zona rural, as ações práticas organizadas pedagogicamente são permeadas pelos saberes local e se voltam para o sujeito daquele espaço como um ser de

conhecimentos, de especificidades, de experiências que precisam ser contempladas nesse processo de escolarização (RODRIGUES e RODRIGUES, 2018, p.59)

Portanto, quando nos referimos às disciplinas obrigatórias, constatamos que o conceito de E.C. é abordado de forma relacionada por nove componentes, outras duas disciplinas referem-se aos aprofundamentos específicos do conceito e quatro disciplinas referem-se ao fortalecimento da pesquisa e extensão no campo, que nos deixam margem para dúvida a respeito sobre qual campo está sendo aprofundado nas disciplinas de pesquisa e extensão. Somadas, as disciplinas que abordam a E.C. representam 38% do total no curso.

Gráfico 1 - Comparativo de disciplinas que abordam ou são específicas a E.C. em relação ao total.



Fonte: ementas das disciplinas ofertadas no período 2022.1

A análise das ementas obrigatórias nos traz a reflexão que há um direcionamento referente a E.C. no curso, porém, não é correto afirmar que 38% das disciplinas são voltadas especificamente ao aprofundamento teórico do conceito, visto que, a maioria das disciplinas obrigatórias abordam fundamentos esporádicos da E.C. entre os conteúdos curriculares das disciplinas. Para isso, a comparação entre as ementas e os Planos de Cursos dessas disciplinas se faz necessário, para assim, analisarmos efetivamente o aprofundamento conceitual do curso. Essa discussão será feita após a análise dos componentes curriculares optativos.

3.2.2 Componentes Curriculares Optativos

Os componentes curriculares optativos referem-se às disciplinas complementares à formação acadêmica, contando com disciplinas de áreas que se relacionam com esta licenciatura, como também conta com disciplinas específicas ao aprofundamento em Educação do Campo. A partir do PPC do curso, categorizamos as disciplinas optativas que foram ofertadas pelo curso no período 2022.1, assim como as que não foram ofertadas.

Constatamos que foram ofertadas 6 disciplinas optativas no referido período, das quais, apenas duas abordam conceitos que se relacionam com conceito, enquanto não foi ofertada nenhuma disciplina específica referente ao aprofundamento conceitual do curso. Entre as disciplinas que abordam conceitos da E.C. estão Educação Ambiental e Educação das Relações Étnico-Raciais e Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana. Os fundamentos abordados por essas disciplinas que se relacionam com o conceito do curso são: contribuir para uma consciência crítica e criativa sobre as questões ambientais, assim como as contribuições dos povos afrobrasileiros, africanos e indígenas na formação da sociedade nacional, desde a perspectiva histórica, social e econômica, contribuindo objetivamente para os fundamentos da E.C.

Quadro 2 - Ementas das disciplinas optativas do Curso de Pedagogia (Educação do Campo) do período 2022.1

Componentes Curriculares Optativos		
Código	Nome/Ementa	Educação do Campo
1301204	EDUCAÇÃO SEXUAL A filosofia de educação sexual. A evolução e historicidade da educação sexual. A dimensão social da sexualidade. Atitudes e valores com relação à educação sexual. Desenvolvimento psicosexual, infância, adolescência, idade adulta. Educação sexual na família e na escola, metodologia e linguagem, manifestações da sexualidade e problemas de natureza psicossocial.	Não aborda
1302421	EDUCAÇÃO AMBIENTAL Contribuir para uma consciência crítica e criativa sobre as questões ambientais, entendendo-se como crítica a compreensão de origem e a evolução dos problemas ambientais, considerando-se para tanto, os aspectos biológicos, físicos e químicos, bem como os socioeconômicos, políticos e culturais, Dentro do atual	Contribuir para uma consciência crítica e criativa sobre as questões ambientais

	contexto tecnológico, desenvolvendo a plena cidadania e conseqüentemente, garantindo a qualidade de vida, utilizando para tanto o uso racional dos recursos naturais em benefício das gerações atuais e futuras.	
1303360	EDUCAÇÃO INFANTIL Conceito de Educação Infantil e de escola. Fundamentos filosóficos. Aspectos biológicos. Teorias psicológicas da educação infantil e alfabetização.	Não aborda
1303361	MÉTODOS E TÉCNICAS EM EDUCAÇÃO ESPECIAL Conceito de Métodos e Técnicas. Métodos e processos didáticos em Educação Especial. Adequações e flexibilização curricular.	Não aborda
DECA00002 2	AUTOCONHECIMENTO Autoconhecimento, o ser, a ser acadêmica, a angústia e a felicidade, tomada de consciência, a vivência de aqui e agora, subjetividade e novas tecnologias, os males contemporâneos, autonomia.	Não aborda
1303362	EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFROBRASILEIRA E AFRICANA História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena e sua contribuição para a formação da população brasileira. História da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra, História dos povos indígenas brasileiros. O negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.	O negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.
1307006	Educação e Desenvolvimento Sustentável	Não ofertada
1302422	Escola Rural e Classes Multisseriadas	Não ofertada
1301302	Seminários Temáticos em Educação Ambiental	Não ofertada
1302423	Educação e Juventude Rural	Não ofertada
1303358	Educação e Trabalho no Campo	Não ofertada

1303387	Planejamento e Avaliação Educacional - Pedagogia do Campo.	Não ofertada
1303388	Organização e Prática da Educação Especial - Pedagogia do Campo	Não ofertada
Total de disciplinas optativas ofertadas em 2022.1: seis(6)		
Total de disciplinas optativas que abordam conceitos da E.C: duas(2)		
Percentual de disciplinas que abordam a E.C. em relação ao total ofertado: 33%		
Disciplinas que as ementas são voltadas a discussão da E.C.: zero(0)		
Disciplinas optativas específicas da E.C. que não foram ofertadas: sete(7)		

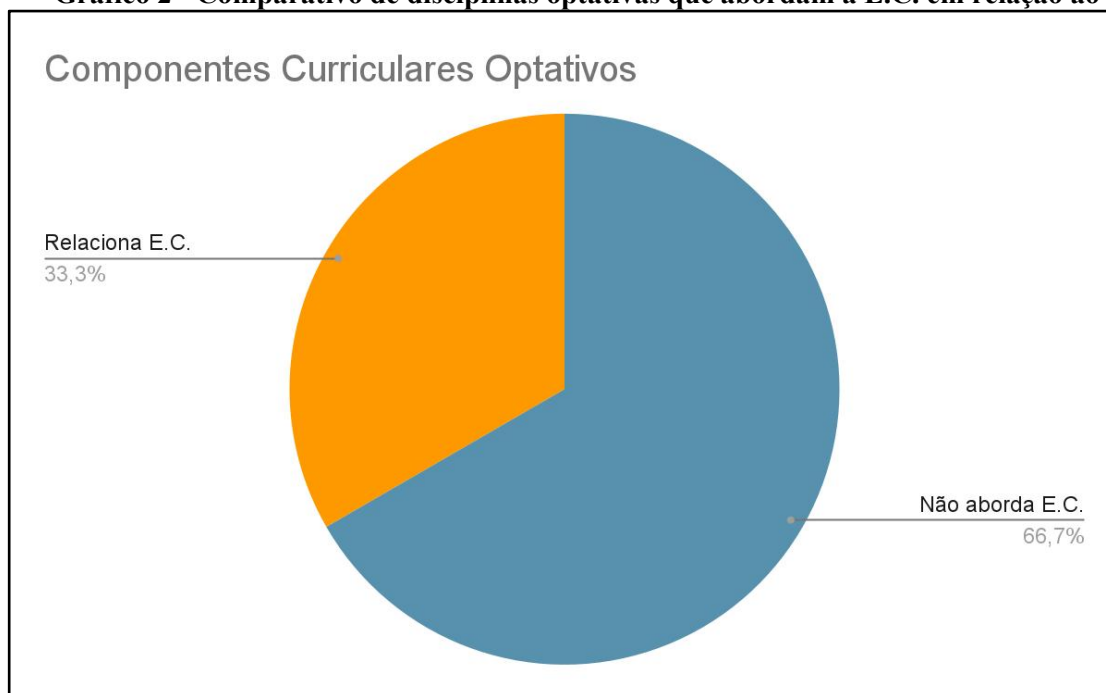
Fonte: ementas das disciplinas ofertadas no período 2022.1

Entre as seis disciplinas optativas ofertadas no período 2022.1, apenas duas abordam conceitos que se relacionam com a E.C., assim como, não foram ofertadas disciplinas que são específicas ao aprofundamento conceitual do curso. O curso conta em sua grade curricular com sete disciplinas que fazem essa discussão. A discussão das disciplinas que não foram ofertadas serão feitas no item subsequente.

A disciplina de Educação das Relações Étnico-raciais aborda uma perspectiva que contribui objetivamente com a E.C., pois, conforme exposto no capítulo da Questão Agrária, é fundamental para este conceito, o aprofundamento histórico acerca da formação do Brasil atual. A disciplina de Educação Ambiental nos trouxe uma reflexão acerca da perspectiva adotada. A Educação Ambiental é um conceito amplo e que assim como muitos outros conceitos, foi apropriado por perspectivas que são antagônicas ao conceito do curso. Por isso que, para compreensão sobre qual E.A. o curso está aprofundando, é necessário analisar o plano de curso da referida disciplina.

Portanto, de acordo com as ementas, entre os componentes optativos oferecidos neste período, apenas dois do total de seis - representando 33% do total ofertado - abordam perspectivas que se relacionam com o aprofundamento conceitual do curso, enquanto não foram ofertadas componentes optativos específicos da E.C.

Gráfico 2 - Comparativo de disciplinas optativas que abordam a E.C. em relação ao total.



Fonte: ementas das disciplinas ofertadas no período 2022.1

Conforme analisado nas disciplinas obrigatórias, não é possível afirmar que há o aprofundamento em E.C. em 33% das disciplinas optativas, visto que não são disciplinas específicas ao aprofundamento conceitual e analisando apenas a ementa não é possível afirmar que esses conteúdos são de fato abordados durante a disciplina.

Identificamos na análise comparativa entre o PPC e as ementas a ausência de sete disciplinas específicas do curso que não foram ofertadas. As disciplinas específicas optativas são importantes para o fortalecimento do conceito no curso, assim como servem para o aprofundamento teórico básico para o estudante da graduação nessa modalidade. Portanto, faremos considerações com o objetivo de argumentar a favor da oferta regular dessas disciplinas.

3.2.3 Componentes curriculares optativos voltados ao aprofundamento em Educação do Campo não ofertados

É importante destacar que só é possível analisar as ementas das disciplinas que foram ofertadas no referido período. O curso de Pedagogia (Educação do Campo) tem na grade curricular outras sete disciplinas optativas que são específicas da Educação do Campo e não foram ofertadas. Entre as disciplinas optativas específicas da E.C. estão: Educação e Desenvolvimento Sustentável; Escola Rural e Classes Multisseriadas; Seminários Temáticos em Educação Ambiental; Educação e Juventude Rural, Educação e Trabalho no Campo; Planejamento e Avaliação Educacional - Pedagogia do Campo; Organização e Prática da Educação Especial - Pedagogia do Campo.

A oferta dessas disciplinas optativas são fundamentais para o aprofundamento em Educação do Campo no curso. As escolas da Educação do Campo exigem um aprofundamento acerca de práticas e conceitos que são pertinentes à realidade do campo. Portanto, deve ser do interesse da prática educativa docente buscar transferir algumas disciplinas de optativas para obrigatórias.

A Educação do Campo tem como uma de suas orientações o trabalho no campo como princípio educativo na perspectiva dialética marxista, visto que as escolas da Educação do Campo estão inseridas em assentamentos da reforma agrária, a vida e o trabalho no campo faz parte do cotidiano do estudante, seja no ensino fundamental ou na Educação de Jovens e Adultos(EJA).

A compreensão do sentido dado ao trabalho como princípio educativo dentro da visão da formação humana integral de Marx e outros pensadores é fundamental para os movimentos sociais do campo e da cidade e para todos aqueles que lutam pela superação da exploração humana. (FRIGOTTO, G. CIAVATTA, M. 2012, p.750)

A garantia da oferta da disciplina de Educação e Trabalho no Campo permitiria aos discentes do curso uma disciplina específica que aborda objetivamente a questão do trabalho na Educação do Campo, assim como esse aprofundamento propõe-se a superar o ruralismo pedagógico a partir da mudança da perspectiva educacional das escolas do campo, discussão essa que é fundamental para o fortalecimento do conceito no curso. E seria importante garantir não só a oferta da disciplina, como transformá-la em componente obrigatório na formação, visto que é a única disciplina que relaciona o trabalho como princípio educativo para a Educação do Campo neste curso.

Na grade curricular do curso há uma ausência de discussão sobre a relação entre Educação do Campo e a Agroecologia, temas que estão profundamente relacionados e são

pertinentes à discussão atual da E.C. A disciplina que de alguma forma dialoga com esses conceitos é a de Educação e Desenvolvimento Sustentável, que também não foi ofertada no período 2022.1. É importante buscar uma atualização curricular na disciplina e relacionar a E.C. com a agroecologia, visto que os dois conceitos se relacionam e tem como objetivo a transformação das relações produtivas no campo.

A agroecologia é mais antiga que a Educação do Campo. São fenômenos de natureza distinta, cada um com seu percurso e suas finalidades. Entretanto, ambos foram produzidos por uma mesma realidade social e em um mesmo tempo histórico. Têm raiz comum no trabalho camponês, em sua rica diversidade de sujeitos e de culturas, construindo os mesmos territórios. Tendem, portanto, a se desenvolver em coevolução. (CALDART, 2021, p.358)

A realidade das escolas nas zonas rurais e do campo são complexas e exige do educador conhecimentos específicos para a prática pedagógica. É comum que existam escolas pequenas que atendem crianças de níveis diferentes em uma mesma sala de aula. As classes multisseriadas são estratégias pedagógicas para garantir a existência de escolas em áreas rurais que fiquem perto do trabalho no campo. A multisseriação permite a existência de escolas que tenham poucas matrículas e garantem a funcionalidade da escola nessa realidade específica, que inclui a realidade dos trabalhadores e trabalhadoras assalariadas das zonas rurais. A disciplina optativa de Escola Rural e Classes Multisseriadas tem como proposta a discussão dessa realidade na perspectiva da E.C., abordando estratégias e metodologias que contribuam para novas possibilidades da multisseriação.

Há um conflito evidente acerca das classes multisseriadas, visto que é uma estratégia adotada a partir do governo imperial no século XIX, mas sempre sendo negligenciada enquanto proposta educacional. As escolas que adotam a multisseriação sofrem com o abandono educacional do poder público, que na perspectiva capitalista neoliberal, define a educação como gasto. Nesse ponto, é importante salientar a relevância da oferta desta disciplina, assim como uma discussão aprofundada e construtiva acerca da temática, visto que a nucleação vem acontecendo junto ao fechamento de escolas de classes multisseriadas tem sido uma realidade, com o objetivo de “juntar” mais estudantes da zona rural para seguir o modelo de seriação e muitas vezes sendo transferidos para escolas da zona urbana.

Desse modo, com o fechamento dessas escolas e por causa do não cumprimento, em alguns casos, da garantia de deslocamento, os estudantes precisam percorrer longas distâncias a pé ou em meios de transporte em situações precárias que não oferecem as condições ideais de segurança para que estudem na escola nucleada – inclusive, alguns chegam a abandoná-la. Assim, pode-se dizer que essa política tem contribuído para a manutenção da exclusão dos camponeses da escola e/ou a migração deles para os centros urbanos. (SANTOS, 2019, p.12)

Portanto, a disciplina de Educação Rural e Classes Multisseriadas deve ser ofertada de forma regular, buscando em sua ementa fortalecer a E.C. e se contrapor ao projeto de nucleação, que tem sido utilizado como estratégia de esvaziamento do campesinato brasileiro. Nessa perspectiva, todas as disciplinas optativas do curso de Pedagogia (Educação do Campo) que são específicas para o aprofundamento no conceito, devem ser ofertadas todos os períodos, servindo como base para o fortalecimento da E.C. no curso.

A disciplina de Educação e Juventude Rural aborda fundamentos que são basilares para o conceito do curso, pois, trata de estudar a juventude do campo, que possui uma íntima relação com a vida no campo, enfrentando os dilemas complexos da contradição da estrutura agrária brasileira, que não oferece direitos básicos fundamentais: educação, saúde, condições de trabalho, etc. Para a juventude que vive no campo ou rural, sem condições básicas de existência, engrossam as estatísticas do êxodo migratório campo-cidade e do trabalho escravo, seja no rural ou urbano.

Portanto, a disciplina de Educação e Juventude Rural assume um caráter fundamental nesta formação, devendo se propor a aprofundar as perspectivas de vida no campo, a partir dos fundamentos da Educação do Campo, que é amplamente praticado nas experiências dos movimentos sociais do campo a partir dos núcleos juventudes do campo presentes no Movimento Sem Terra(MST), Movimento dos Atingidos por Barragens(MAB), Movimento de Mulheres Camponesas(MMC), Via Campesina, entre outros. A articulação da juventude camponesa e rural, presente nos movimentos sociais do campo, são importantes para o fortalecimento da cultura e identidade camponesa a partir da juventude.

Embora esse tipo de articulação não seja uma novidade – juventude rural, juventude camponesa, ao longo da história e em muitos países, foram categorias ordenadoras de organizações de representação social –, hoje testemunhamos uma reordenação dessas categorias. Em comum, trata-se de uma juventude que ainda se confronta com preconceitos das imagens “urbanas” sobre o campo. Esses jovens se apresentam longe do isolamento, dialogam com o mundo globalizado e reafirmam sua identidade como trabalhadores, pequenos produtores familiares lutando por terra e por seus direitos como trabalhadores e cidadãos. (CASTRO, 2012, p. 442).

As disciplinas optativas que não estão sendo ofertadas pelo curso configuram como uma ausência do aprofundamento da Educação do Campo na formação docente do curso de Pedagogia. Entre essas disciplinas, algumas figuram como basilares para compreensão do conceito da Educação do Campo. Como essas disciplinas foram ofertadas, não é possível

analisar as ementas. Porém, pela nomenclatura dá para entendermos sobre o que se trata as referidas disciplinas.

3.3 Análise de Ementas e Planos de Curso das disciplinas obrigatórias que se referem ao aprofundamento em Educação do Campo.

A análise comparativa das ementas e planos de curso de disciplinas obrigatórias, que abordam fundamentos da E.C., é importante para identificarmos a partir dos conteúdos o aprofundamento do curso no conceito, nos permitindo fazer contribuições acerca do que vem sendo trabalhado nas disciplinas do curso.

Quadro 3 - Quadro comparativo das ementa e programas da disciplina de FSHEC
FUNDAMENTOS SÓCIO-HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Ementa	Conteúdos no plano de curso
Contextualização sócio-histórica de luta pela terra e por educação, Origem e problematização do conceito de educação do campo, concepções teóricas e práticas educativas, Os movimentos sociais e a educação de campo, Papel social da escola no campo.	UNIDADE I - A QUESTÃO AGRÁRIA E A LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA 1. A questão agrária, os aspectos históricos da luta pela terra e movimentos sociais 2. Disputas de projetos históricos para o campo. UNIDADE - II POLÍTICA EDUCACIONAL E A REALIDADE DA EDUCAÇÃO NO MEIO RURAL 1. Política Educacional para o meio rural e a negação do direito à educação aos povos do campo 2. A realidade da educação no campo e seus problemas UNIDADE III - OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A EDUCAÇÃO DO CAMPO 1. As lutas dos movimentos sociais por educação do campo e suas propostas e conquistas 2. Pressupostos das políticas de educação do campo 3. Políticas atuais e programas de educação do campo 4. Currículo e Práticas pedagógicas na escola do campo

Fonte: ementas e planos de curso da disciplina no período 2022.1

A **disciplina de FSHEC** se propõe a contextualizar, problematizar e aprofundar as concepções da E.C. no curso, trazendo em seus conteúdos discussões sobre a Questão Agrária

no Brasil, Reforma Agrária, Política Educacional, assim como explora a relação direta entre a luta dos Movimentos Sociais pela Educação do Campo.

Com base na ementa e no plano de curso, é possível afirmar que a disciplina **aborda conteúdos que são basilares para a discussão dos fundamentos da E.C.**, apontando para o fortalecimento deste conceito no curso, visto que, aborda desde a história, até o contexto atual da luta por políticas públicas, currículo e práticas pedagógicas. A discussão na perspectiva histórica com o objetivo de contextualizar a atualidade da E.C. é importante para reafirmar sobre o posicionamento político e histórico deste conceito, valorizando o processo de construção de conhecimentos e experiências que fundamentam a E.C.

Esse aprofundamento presente na disciplina é voltado a diversos aspectos da luta por uma Educação do Campo, **contribuindo objetivamente na formação e no debate do conceito em uma instituição de ensino superior**, que historicamente negou a entrada dos povos do campo nessa instituição. Portanto, uma base curricular de uma disciplina específica deve aprofundar-se no fortalecimento do conceito e do projeto de campo reivindicado pelos sujeitos do campo, a partir do acúmulo de experiências, lutas e práticas desenvolvidas.

O nome ou a expressão educação do campo já identifica também uma reflexão pedagógica que nasce das diversas práticas de educação desenvolvidas no campo e ou pelos sujeitos do campo. É uma reflexão que reconhece o campo como lugar onde não apenas se reproduz, mas também produz pedagogia; reflexão que desenha traços do que pode se constituir como um projeto de educação ou de formação dos sujeitos do campo (CALDART, 2002, p.31-32)

A referida disciplina é um importante elo de fortalecimento da E.C. no curso, devendo explorar o conceito em várias perspectivas e partindo do princípio filosófico da E.C., devendo buscar relacionar a contextualização no Estado da Paraíba, onde encontra-se um território rico em experiências que contribuem para o conceito.

Quadro 4 - Ementa e Conteúdos da disciplina de Educação, economia popular solidária e práticas associativas

EDUCAÇÃO, ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA E PRÁTICAS ASSOCIATIVAS	
Ementa	Conteúdos do plano de curso
Experiências de empreendimentos em economia solidária. Economia solidária: introdução, história e princípios básicos. Heterogestão e autogestão, fundamentos históricos e	Unidade I: Princípios sociais, econômicos, políticos e educativos da economia solidária - Conceito e concepções de economia solidária; - Experiências em empreendimentos de economia solidária; - Economia solidária e sustentabilidade - Pedagogia da terra. Unidade II: Práticas educativas nas formas de organizações

filosóficos. Educação popular em empreendimentos solidários e novos campos para empreendimentos solidários.	coletivas de produção e comercialização do campo - Economia solidária e autogestão no mundo e no Brasil; - Características da luta pela economia solidária e da autogestão; · Redes de economia solidária - Desafios atuais da economia solidária Unidade III: Educação popular nos empreendimentos solidários - O papel do gestor - Educação popular para a economia solidária; - Educação na economia solidária: desafios e perspectivas - Educação popular para a economia solidária. - Práticas educativas, organização e associações
--	---

Fonte: ementas e planos de curso da disciplina no período 2022.1

A base curricular da disciplina de **Educação, economia popular solidária e práticas associativas** aborda fundamentos que fazem parte da discussão da E.C. e dos movimentos sociais, visto que, busca discutir aspectos que são fundamentais para a superação das contradições causadas pelo modelo de agricultura que nos remete da colônia aos tempos atuais, como a superconcentração de terras, o latifúndio, a exploração do trabalho, incorporado ao modelo econômico do agronegócio. A base curricular dessa disciplina colabora para um aprofundamento teórico acerca das práticas da economia solidária nos coletivos populares, movimentos sociais e povos do campo.

No Brasil há poucos registros históricos com relatos e análises de experiências coletivas/comunitárias de produção. Os povos indígenas brasileiros tradicionalmente desenvolveram uma economia organizada com base no modo de produção comunal primitivo, pautado principalmente na caça, na coleta de frutos e na agricultura rudimentar de subsistência. Posteriormente, sem mencionar as experiências desenvolvidas pelos índios guaranis (nas reduções jesuíticas) e, possivelmente, as experiências comunitárias nos quilombos (Palmares e outros, sendo muitos remanescentes até os dias atuais), há poucos registros desse tipo de experiências produtivas. (CHRISTOFFOLI, 2012, p.162)

Os fundamentos da economia popular solidária **colaboram e se relacionam com a E.C., visto que este conceito não discute o paradigma do campo apenas no âmbito educacional, pois, não é possível dissociar os impactos econômicos que atribui-se a questão agrária brasileira** em relação às relações produtivas do campo. Na perspectiva marxista, as cooperativas dos assentamentos da reforma agrária são uma forma de organização produtiva com que parte do princípio da cooperação, para o fortalecimento dos que produzem, superando a prática individualista do capitalismo.

A forma de trabalho dentro da qual muitos indivíduos trabalham de modo planejado uns ao lado dos outros e em conjunto, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes porém conexos chama-se cooperação. [...] também a soma total das forças mecânicas exercidas por trabalhadores isolados difere da força social gerada quando muitas mãos atuam simultaneamente na mesma operação indivisa[...] Aqui não se trata somente do aumento da força produtiva individual por meio da cooperação, mas da criação de uma força produtiva que tem de ser, por si mesma, uma força de massas.(MARX, 2011, p.275)

A partir desses princípios de cooperação e economia popular solidária há uma **contribuição acerca da autogestão dos empreendimentos solidários** e/ou assentamentos da reforma agrária, contando com a acumulação de experiências em autogestão que foram inicialmente desenvolvidas nos países do bloco socialista e experiências anarquistas, contribuindo com a tomada de decisões e o fortalecimento das lutas populares e da soberania nacional.

A autogestão socialista é uma das formas mais avançadas de cooperação. Refere-se à condição de autogoverno dos trabalhadores em relação ao seu trabalho e às suas condições de vida. [...] Nos países do antigo Bloco Socialista (Cuba, Leste Europeu e parte da Ásia), as cooperativas coletivas de trabalhadores rurais receberam uma série de condições favoráveis e estímulos para seu estabelecimento e desenvolvimento e responderam pela geração dos principais excedentes agrícolas destinados ao abastecimento do mercado interno.(CHRISTOFFOLI, 2012, p.160-161)

A disciplina **estabelece objetivamente a relação entre o conceito do curso e os conteúdos explorados neste componente.** É possível constatar essa relação estabelecida a partir dos conteúdos, abordando temas como sustentabilidade e a relação com a Pedagogia da Terra, contribuindo para o conceito do curso a partir do estudo de paradigmas que superam as relações de poder estabelecidas no agronegócio e tem o cotidiano como princípio educativo.

Colocada neste sentido, a ecopedagogia não é uma pedagogia a mais, ao lado de outras pedagogias. Ela só tem sentido como projeto alternativo global onde a preocupação não está apenas na preservação da natureza (Ecologia Natural) ou no impacto das sociedades humanas sobre os ambientes naturais (Ecologia Social), mas num novo modelo de civilização sustentável do ponto de vista ecológico (Ecologia Integral) que implica uma mudança nas estruturas econômicas, sociais e culturais. Ela está ligada, portanto, a um projeto utópico: mudar as relações humanas, sociais e ambientais que temos hoje. Aqui está o sentido profundo da ecopedagogia, ou de uma Pedagogia da Terra, como a chamamos.(GADOTTI, 2005, p.21)

A perspectiva estabelecida na disciplina assume um caráter de valorização da Educação do Campo a partir de fundamentos que se relacionam e contribuem com as experiências de organização da classe camponesa, que ao longo das décadas, aprimoram e aprofundam as relações de trabalho, produção, educação e existência, valorizando novas perspectivas de viver do/no campo.

Quadro 5 - Ementa e Conteúdos da disciplina Projeto de Pesquisa e Extensão no Campo I e II

PROJETO DE PESQUISA E EXTENSÃO NO CAMPO I	
Ementa Elaboração e execução de proposta de intervenção integrando ensino, pesquisa e extensão nas diversas práticas educativas no campo.	Conteúdos do plano de curso UNIDADE I - Apresentação da disciplina e introdução ao estudo da pesquisa em Educação. - Projeto de Pesquisa: Passos, Tipos e Metodológicos da Pesquisa - Planejamento da Pesquisa (da escolha do tipo de pesquisa ao processo de análise de dados). UNIDADE II Elaboração e Execução de um Projeto de Pesquisa. UNIDADE III - A pesquisa em Extensão: estudo do projeto; UNIDADE IV - Elaboração de Proposta de Intervenção UNIDADE V Apresentação da proposta de intervenção."
PROJETO DE PESQUISA E EXTENSÃO NO CAMPO II	
Ementa Execução e avaliação de proposta de intervenção integrando ensino pesquisa e extensão nas diversas práticas educativas no campo.	Conteúdos do plano de curso I UNIDADE Apresentação da disciplina e socialização com alunos. Reflexões sobre a extensão universitária no contexto sócio educativo das escolas do campo e da Pandemia. Projeto de Pesquisa Passos Metodológicos para a elaboração do projeto de Pesquisa - Apresentação dos projetos elaborados Pesquisa-Ação. Diagnóstico da Realidade socioeconômica. Questionário e Entrevista; II UNIDADE Execução do Projeto de Pesquisa. A Pesquisa empírica e a pesquisa bibliográfica O campo de pesquisa e o registro. III UNIDADE Coleta e análise dos dados da pesquisa Organização e sistematização dos dados da pesquisa Resultados da pesquisa. IV UNIDADE O texto como produção científica resultante da pesquisa"

Fonte: ementas e planos de curso da disciplina no período 2022.1

A Educação do Campo é um conceito que surge a partir da interpretação da questão agrária brasileira. A pesquisa sobre este conceito amplia fomenta a interpretação da contradição presente no campo, partindo da perspectiva dos povos do campo. Nesta formação

é fundamental que sejam criadas condições para a elaboração e execução de um projeto de **pesquisa na Educação do Campo**, pois, o nome e ementa da disciplina apresenta uma definição conceitual que não é precisamente este conceito, mas refere-se à localidade em si, não apresentando os fundamentos deste conceito na prática. **Nos conteúdos do Plano de Curso da Pesquisa e Extensão no Campo I não há menções à E.C.** Ao analisarmos todo o documento, identificamos que há menções ao conceito nos Objetivos, além de um texto nas referências bibliográficas que aborda os Movimentos sociais, estado e políticas públicas de Educação do Campo.

A pesquisa/extensão neste conceito exige uma profunda investigação acerca de aspectos sócio-históricos-culturais que influenciam na atualidade os paradigmas da agricultura camponesa, formando um arcabouço teórico que possibilite uma contribuição da investigação científica e da extensão, para que assim o curso possa contribuir com os sujeitos a que se destinam e os estudantes possam ter um aprofundamento necessário no conceito.

Essas questões precisam ser apreendidas hoje em seus novos patamares de complexidade, de conexões envolvidas. Em outras palavras, a situação da agricultura na sociedade atual e o confronto existente entre camponeses e agronegócio, ou entre agricultura camponesa e agricultura industrial capitalista é um *fenômeno real concreto* que precisa ser estudado em suas conexões e determinações fundamentais.(CALDART, 2014, p.145, grifo da autora)

Portanto, é preciso **definir a abordagem conceitual da disciplina**, que não precisa ser necessariamente uma ou outra. A pesquisa e extensão pode ser planejada para ser realizada no e do campo, desde que seja abordada e contribua para o fortalecimento do conceito no curso, além da cultura e identidade local da pesquisa/extensão. Por se tratar de uma disciplina que tem como objetivo o planejamento de uma proposta de intervenção, associando teoria e prática, é importante que se aplique uma **construção coletiva na valorização da história, cultura e identidade dos povos do campo e da floresta do Estado da Paraíba**. Se pensarmos a zona da mata paraibana, temos diversas expressões da luta e resistência pela terra ao longo da história, como quilombos, tribos indígenas, movimentos sociais do campo e sindicato de trabalhadores rurais assalariados organizados. Esse curso tem um público alvo específico e envolver estes sujeitos no processo de construção e fomento da pesquisa e extensão é **contribuir significativamente na formação acadêmica e inseri-los no debate educacional do ensino superior**.

A su vez, consideramos que para prestar la especial atención que pretendemos a los sectores fundamentales e históricamente postergados en el agro, necesariamente debemos profundizar en el conocimiento de sus características, particularidades y dinámicas desde una perspectiva territorial. Ciertamente que este conocimiento no

puede recuperar las particularidades de estos sectores si no es en relación con dinámicas que hacen al agro en general, los capitales presentes en éste, sus características, requerimientos y movimientos. (FRANK; QUINTERO, 2010, p.186)

A disciplina de **Pesquisa e Extensão no Campo II** refere-se à execução do projeto de intervenção planejado no componente anterior, assim como a produção de um artigo científico referente à experiência da disciplina. Ao analisar este plano de curso, foi possível identificar uma orientação em favor do fortalecimento da E.C. nos objetivos da disciplina, que dão ênfase à intervenção na realidade socioeducacional da Educação do Campo. Portanto, consideramos que para contribuir acerca do aprofundamento em E.C. nessa disciplina, é **fundamental definir o conceito de Pesquisa e Extensão em Educação do Campo**, desde o nome, ementa e objeto de pesquisa/extensão, valorizando a prática reflexiva, dialogicidade, cultura e identidade camponesa no processo de formação docente.

En este sentido creemos que la participación en la mesa es para considerar y necesariamente problematizar, a la vez que paralelamente se generan líneas de trabajo (tanto de intervención como de investigación) hacia problemáticas vividas por estos sectores en el medio rural y profundizar un relacionamiento con los mismos. (FRANK; QUINTERO, 2010, p.186)

A pesquisa e extensão é importante para **aproximar a formação acadêmica e este curso de licenciatura com os sujeitos a que se destina**, para que, em uma relação dialógica, todos que estão envolvidos no processo contribuam para o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem, desenvolvendo linhas de intervenção e investigação com base nas experiências das lutas do campesinato paraibano. A questão agrária na região necessita que este curso insira as disciplinas de pesquisa e extensão como uma possibilidade de aprofundamento com objetivo de fortalecer a luta por uma Educação do Campo, que vai desde a contribuição da Universidade com esses povos à formação docente.

Quadro 6 - Ementa e Conteúdos da disciplina Pesquisa e Práticas Educativas na Educação do Campo I e II

PESQUISA E PRÁTICAS EDUCATIVAS NA EDUCAÇÃO DO CAMPO I	
Ementa Introdução à pesquisa científica, com ênfase na Educação do Campo, relacionando os aportes teóricos históricos, filosóficos, sociológicos e pedagógicos,	Conteúdos do plano de curso O que é ciência? - Os Tipos de conhecimento - A arte de pesquisar - O obstáculo epistemológico - O imaginário do/no campo O que é Pesquisar? - A tipologia da pesquisa - A leitura científica/normas ABNT - Instrumento para Coleta dos dados - A descrição etnográfica Como pesquisar? - A importância do olhar, ouvir e escrever - a

proporcionando a relação teoria-prática de forma interdisciplinar.	estrutura do projeto de pesquisa Definição do Tema, justificativa, hipótese e formulação do problema - Especificação dos objetivos - Metodologia, Embasamento teórico, cronograma, orçamento e referências
PESQUISA E PRÁTICAS EDUCATIVAS NA EDUCAÇÃO DO CAMPO II	
Ementa Introdução à prática de pesquisa nas diferentes instâncias educativas, a partir da elaboração de projeto de modo a buscar estabelecer a relação teoria-prática de forma interdisciplinar, visando a articulação entre a realidade do aluno e a prática pedagógica da escola do campo, proporcionando a análise global e crítica da realidade educacional.	Conteúdos do plano de curso Selecionando o tema/pesquisa - Levantamento bibliográfico de Pesquisas sobre a Educação do/no Campo: a experiência do PRONERA em monografias. - Tipologia da pesquisa - Construindo a problemática e hipóteses - Definição do problema - Formulação dos objetivos Estruturando a Metodologia da pesquisa - Técnicas de coletas de dados: observação, roteiro de questionário para entrevista, observação, diário de campo - Etnografia, - Grupo focal - Estudo de caso Estruturando a Metodologia da pesquisa - Técnicas de coletas de dados: observação, roteiro de questionário para entrevista, observação, diário de campo - Etnografia, Grupo focal - Estudo de caso Construindo o Projeto de Pesquisa - Elaboração do Projeto de Pesquisa

Fonte: ementas e planos de curso da disciplina no período 2022.1

A disciplina de **Pesquisa e Práticas Educativas na Educação do Campo I** aborda em sua ementa e conteúdos do plano de curso, fundamentos que são basilares para a pesquisa científica na E.C. Há uma tendência ao aprofundamento do conceito nesta disciplina, visto que, procura relacionar os aportes teóricos históricos, filosóficos e pedagógicos para a base teórica que orienta uma prática interdisciplinar do estudante pesquisador.

A E.C. tem suas bases nas práticas dos movimentos sociais, que consideram a teoria parte fundamental para orientar a prática, porém, o processo de desenvolvimento das práticas necessitam da práxis educativa materialista dialética, relacionada à ação-reflexão-ação, em um processo contínuo de investigação que oriente a prática da pesquisa a partir da ação real e objetiva sobre a realidade a que se investiga na pesquisa.

Entre as formas de atividade prática que se exercem sobre uma dada matéria é preciso incluir também a atividade científica experimental que satisfaz, primordialmente, as necessidades de investigação teórica e, em particular, as da

comprovação de hipóteses. Essa forma de práxis é a que manifesta quando o investigador atua sobre um objeto material modificando à vontade as condições em que se opera um fenômeno. (VAZQUEZ, 2007, p.229-230)

A interdisciplinaridade é um conceito que se relaciona objetivamente com as práticas educativas do conceito do curso, visto que, é uma proposta que se opõe à fragmentação do conhecimento da educação bancária e, busca estabelecer a relação entre as áreas de conhecimento de forma que contribua para o desenvolvimento de um processo educacional libertador.

A educação que se impõe aos que verdadeiramente se comprometem com a libertação não pode fundar-se numa compreensão dos homens como seres vazios a quem o mundo “encha” de conteúdos; não pode basear-se numa consciência especializada, mecanicistamente compartimentada, mas nos homens como “corpos conscientes” e na consciência como consciência *intencionada* ao mundo. Não pode ser a do depósito de conteúdos, mas a da problematização dos homens em suas relações com o mundo. (FREIRE, 2017, p.94, grifos do autor)

Portanto, a intencionalidade presente na análise documental realizada, direciona a disciplina para uma perspectiva de aprofundamento da pesquisa e práticas educativas na E.C. Abordando os aspectos metodológicos específicos ao conceito e relacionando a interdisciplinaridade como princípio educativo.

A disciplina de **Pesquisa e Práticas Educativas na Educação do Campo II**, propõe-se a dar continuidade ao projeto que foi desenvolvido na disciplina anterior, dando continuidade no aprofundamento das metodologias, técnicas de coletas de dados, etnografia, grupo focal, para construção e elaboração do projeto de pesquisa.

A disciplina tem como base referencial teórico o levantamento de artigos, pesquisas e monografias sobre a **Educação do/no Campo e as experiências do PRONERA, que foram precursores da E.C. nesta instituição de ensino** e trouxeram novas perspectivas educacionais para o ensino superior, a partir da transformação da realidade dos camponeses que vieram estudar nesta instituição. Portanto, esse processo garante uma análise da realidade concreta, transformada a partir da luta dos movimentos sociais do campo empenhada no PRONERA.

Mais que o acesso ao direito à educação, o PRONERA significa o entendimento de redefinições nas concepções de direito e de educação que fundamentam as políticas públicas educacionais. Apresenta-se como uma ocupação da educação com atividades que intentam estabelecer relações articuladas entre o processo educativo e as práticas sociais. Representa um avanço na discussão política e pedagógica. Referenciado na Educação do Campo e na Educação Popular, incorpora em suas incursões teóricas e metodológicas a conscientização e a valorização da cultura popular atreladas a outros processos sociais de construção de uma nova cultura e de

um projeto de desenvolvimento, de formação da identidade de classe e de construção da cidadania. (CORREIA, 2011, p.223)

Esse processo de levantamento bibliográfico é importante para fortalecer a relação entre a pesquisa e prática com a disciplina. Partir das experiências locais nos permite uma maior proximidade com o objeto de pesquisa, para poder analisar e problematizar, estabelecendo uma relação entre a teoria, para que oriente a prática da pesquisa. Para isso, é fundamental garantir a relação entre o curso, estudantes, professores e os sujeitos a que se destina, ou seja, os movimentos sociais do campo, povos da florestas e rios, quilombolas e indígenas do Estado da Paraíba.

Quadro 7 - Ementa e Conteúdos da disciplina de Educação Popular

EDUCAÇÃO POPULAR	
Ementa	Conteúdos do plano de curso
As concepções e o estatuto teórico da educação popular; a cultura erudita, a cultura popular e a educação popular; a educação não formal, a educação permanente e a educação popular; a supervisão das dicotomias formal/não formal e a teoria e prática; a escola pública e a educação popular; a educação popular e os movimentos sociais; a educação popular na sociedade brasileira atual.	EIXO 01: ASPECTOS HISTÓRICOS E CONCEITUAIS DA EDUCAÇÃO POPULAR A educação popular em tempos de pandemia discutindo e traçando nossa andarilhagem no semestre. Educação popular no contexto do dizer a palavra: limites e possibilidades Educação como experiência comunitária Pressupostos da educação popular de ontem e de hoje EIXO 02: EDUCAÇÃO POPULAR E SUAS EXPRESSÕES: A EXPERIÊNCIA NO CAMPO DOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM DIREITOS HUMANOS A educação popular no contexto dos Direitos Humanos EIXO 03: EDUCAÇÃO POPULAR E FORMAÇÃO DE EDUCADORAS E EDUCADORES: desafios e possibilidades nos espaços escolares e não escolares no contexto das ações extensionistas. Formação de educadoras e educadores na educação e extensão popular Partilhando saberes e experiências em educação popular Sentir, pensar e agir em educação popular em pedagogia com área de aprofundamento em educação do campo"

Fonte: ementas e planos de curso da disciplina no período 2022.1

Na análise da ementa da disciplina de Educação Popular, constatamos uma menção a Educação Popular e os Movimentos Sociais. A Educação Popular precede à Educação do Campo, mas, atualmente, são conceitos que apresentam muitas contribuições uma a outra, assim como a Educação libertária, que precede os outros dois conceitos e adotam os mesmos princípios de construir uma proposta educacional voltada às classes populares.

O que esses conceitos têm em comum é o exercício da prática educacional a partir das classes populares, buscando um processo de desenvolvimento educacional pleno, crítico e participativo, rompendo com os aspectos tradicionais e autoritários da educação formal. Os fundamentos da E.P. e E.C. objetivam para os mesmos princípios, estabelecendo uma relação entre os dois conceitos.

A Educação do Campo está intimamente ligada aos fundamentos da educação popular, contribuindo no processo de educação das pessoas que vivem e trabalham no campo, para que se encontre, organizem e assumam a condição de sujeito na direção de seus destinos, sendo participantes ativos, valorizando seu processo histórico. Nessa perspectiva, construir a Educação do Campo significa formar educadores do Campo para atuarem nos diferentes espaços educativos construindo espaços de participação que favoreçam um desenvolvimento coletivo. (COSTA, 2012, p.126)

Mesmo não sendo uma disciplina que tenha a ementa voltada ao aprofundamento do conceito do curso, esta exerce um papel fundamental ao contribuir com os processos educacionais que envolvem a E.C., assim como possibilita novas perspectivas educacionais que vão além das instituições formais de ensino. Valorizando assim, a luta e a participação coletiva no processo educativo.

Quadro 8 - Ementa e Conteúdos da disciplina de Estágio Supervisionado V

ESTÁGIO SUPERVISIONADO V	
Ementa	Conteúdos do plano de curso
A gestão da escola e da sala de aula e o ensino/aprendizagem da Educação Básica <i>no campo</i> . Avaliação do processo de ensino vivenciado, Defesa e apresentação do trabalho.	UNIDADE I - A perspectiva da gestão democrática na escola; UNIDADE II - A importância do Projeto Pedagógico na escola na construção do planejamento da escola; UNIDADE III - A importância de se fazer a gestão da aprendizagem a fim de promover a melhoria da aprendizagem dos alunos;

Fonte: ementas e planos de curso da disciplina no período 2022.1

Na ementa da disciplina **Estágio Supervisionado V** consta uma menção a Educação Básica no Campo, que conforme discutimos anteriormente, diferencia-se conceitualmente em relação às práticas educativas da E.C. A disciplina de Estágio V é a única dos estágios que conta com uma menção ao conceito do curso. É importante que o curso crie possibilidades da formação docente acontecer em escolas que desenvolvem as práticas do conceito do curso.

Em **uma escola no campo** existe uma tendência de adoção de práticas e perspectivas educacionais **influenciadas pelo modelo educacional urbano**, não contribuindo

objetivamente para a prática da formação docente, em uma perspectiva defendida pelo conceito do curso. Na análise do plano de curso não há direcionamentos acerca da E.C.

No curso é pré estabelecido que ao menos um estágio da formação precisa ser realizado em uma escola do ou no campo. Porém, para contribuir efetivamente na construção da identidade docente do estudante, é fundamental garantir que o estudante **atue em uma escola que permita o aprofundamento das práticas educativas da E.C.** Essa construção não se dá apenas para o fortalecimento do curso, mas, aprimora as relações entre esta instituição de ensino, os povos do campo e os movimentos sociais camponeses, contribuindo assim para o fortalecimento do conceito no curso e a construção de novas práxis e problematizações a partir da realidade do campo.

A partir destas idéias é possível problematizar os aspectos da realidade do assentamento, tais como: singularidades do indivíduo, tradições culturais dos camponeses, convívio com as diferenças culturais e ideológicas, diversidade de grupos de trabalho, viabilidade econômica do assentamento, e reprodução familiar em seu interior. Para que haja participação, é necessário que os envolvidos tenham disponibilidade para expressar e analisar as proposições feitas pelos demais membros do grupo social e também que eles se informem sobre os assuntos conjunturais e os acontecimentos do assentamento. (SOUZA, 2006, p. 43)

O estágio supervisionado deve ser uma oportunidade do graduando se aprofundar nas especificidades da E.C. Para isso, deve ser garantida as condições básicas para que o estudante possa atuar nessa modalidade, abordando os fundamentos aprendidos durante a formação, assim como, deve buscar o envolvimento entre a prática docente e a realidade a qual está inserido.

Quadro 9 - Ementa e Conteúdos da disciplina Artes e Educação

ARTES E EDUCAÇÃO	
Ementa	Conteúdos do plano de curso
A importância da arte na educação como processo de criação e de ensino. Vivência de diferentes linguagens da arte. A mística nos movimentos sociais como um processo educativo.	1. UNIDADE I - Diretrizes Curriculares e Perspectivas Sócio Epistemológica 1) Reflexões iniciais sobre finalidades e objetivos do ensino de arte no currículo escolar a partir da finalidade da educação na contemporaneidade; 2) Interfaces entre "ensino de arte" e "arte/educação": arte-educação como campo epistemológico e o ensino de arte como campo pedagógico; 3) Ensino de Arte na contemporaneidade: Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino de arte e o contexto da educação do campo; UNIDADE II - Fundamentos Estéticos, Artísticos e Metodológicos 1) Confluências dos fundamentos estéticos da arte como fazer, expressão, conhecimento, comunicação e

	linguagem artístico-estética; 2) Linguagens artísticas: questões de forma/conteúdo, materialidade e processo de criação; 3) Educação Estética e artística: saber arte e saber ser professor(a) de arte; 4) Patrimônio cultural e Cultura Popular, processos de cidadania artístico-cultural - A perspectiva da Museologia Social. UNIDADE III- Processos de criação, leitura e contextualização: experimentos artísticos/estéticos 1) Artes Visuais - Cultura Visual: Abordagens e Processos de criação, leitura e contextualização. 2) Música - Cultura Sonora: Abordagens e Processos de criação, leitura e contextualização; 3) Pedagogia do Movimento: Dança Teatro - A poética do teatro - do oprimido (Augusto Boal).
--	--

Fonte: ementas e planos de curso da disciplina no período 2022.1

A disciplina de **Artes e Educação** aborda em sua ementa e plano de curso fundamentos que dialogam objetivamente com a E.C. Em específico, a disciplina propõe-se a discutir a mística nos movimentos sociais como um processo educativo e a Pedagogia do Movimento. A mística é um dos elementos que compõem a referida pedagogia.

Nas atividades da mística é nítida a presença constante da bandeira do Movimento e a ênfase nas dificuldades vividas por acampados e assentados. Estas são desenvolvidas por meio de gestos, disciplina e símbolos, tais como a terra, a lona, a construção do barracão-escola, as ocupações de terra e prédios públicos, o uso do boné, as ferramentas de trabalho, entre outros. Nesses encontros as lideranças falam da Identidade Sem Terra, dos trabalho coletivo, da liberdade, das utopias e da solidariedade. (SANTOS, 2008, p.141)

Ressaltamos a importância das disciplinas gerais da pedagogia abordarem conceitos que dialogam com os conteúdos trabalhados nos componentes curriculares. A mística assume um caráter educativo na perspectiva da Pedagogia do Movimento e há todo um pensar e fazer artístico que a referida disciplina busca relacionar. Esse tipo de abordagem contribui ainda mais para ampliação de experiências que vão sendo acumuladas durante a formação docente e devem estabelecer relação com a Pedagogia do Movimento.

Enquanto sujeito pedagógico o MST não cria uma nova pedagogia, mas inventa um novo jeito de lidar com as pedagogias já construídas na história da formação humana. Em outras palavras, a Pedagogia do Movimento põe em movimento a própria pedagogia, mobilizando e incorporando em sua dinâmica diversas e combinadas matrizes pedagógicas. (CALDART, 2001, p.218)

A Pedagogia do Movimento provoca as perspectivas tradicionais da Educação presentes no ensino superior, sendo assim, este fundamento nos apresenta contribuições acerca das possibilidades pedagógicas almejadas pelo MST. Temos que considerar essas contribuições como uma provocação, não permitindo que o curso fique isolado dentro das

barreiras burocráticas do ensino superior, mas caminhe para manter-se em movimento junto com os movimentos sociais camponeses.

Quadro 10 - Ementa e Conteúdos da disciplina Currículo e Educação

CURRÍCULO E EDUCAÇÃO	
Ementa Os diferentes paradigmas do currículo as tendências tradicionais, crítica e pós-crítica. O processo de seleção, organização e distribuição do conhecimento, O currículo, as normas e a política educacional brasileira. O currículo e a construção do projeto político-pedagógico no cotidiano da escola. O currículo na perspectiva da Educação do Campo.	Conteúdos do plano de curso UNIDADE I - Os diferentes paradigmas e Concepções no campo do currículo: as tendências tradicionais, crítica e pós-crítica 1.1 A escola e a organização do conhecimento: Função social da escola, organização e desenvolvimento do conhecimento escolar. (emergência do currículo) 1.2 As diferentes concepções e abordagens teóricas do currículo: tradicional, crítica e pós-crítica. 1.3 Currículo: Poder, Cultura e Conhecimento 1.4 Currículo: uma questão de saber, poder e Identidades 1.5 Uma teoria pós-colonialista do Currículo 1.6 O currículo no Contexto da Educação do Campo: Concepção, princípios e fundamentos teóricos e legais UNIDADE II- As Políticas Curriculares no Brasil e suas bases social e legal 2.1 Normativas e Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica: etapas e algumas modalidades (Educação Infantil, Educação de Jovens e Adultos; Educação Indígena, Educação do Campo, Quilombolas, etc.); LDB e DCNS 2.2 A Base Nacional Comum Curricular no Contexto das Reformas Educacionais neoliberais: Qual projeto de Educação, Escola e de Currículo? 2.3 BNCC e a Educação Do Campo 2.4 Políticas Curriculares para o Ensino Fundamental no Estado da Paraíba; UNIDADE III - Formas de organização do currículo e construção do Projeto Pedagógico da Escola 3.1 Currículo contextualizado para Convivência com o Semiárido Brasileiro e as orientações à organização do Trabalho Pedagógico (estudos de casos) 3.2 Pedagogias da Educação do Campo e a configuração dos elementos constituintes da organização curricular: objetivos educacionais, seleção e organização do conteúdo escolar (área de conhecimento, disciplinas, eixo temático e outros) metodologia de ensino, planejamento e avaliação; 3.3 O Currículo na prática da Escola e as experiências de inovação educativa: Escola da Ponte, Escola viva olho do tempo; Escola do Ceará e a Bento Tenório-PB 3.4 Currículo e o Projeto Político-Pedagógico da escola: desafios contemporâneos e novas propostas de organização curricular- (análise de alguns PPPs de escolas do Campo)"

Fonte: ementas e planos de curso da disciplina no período 2022.1

A análise da ementa e plano de curso da disciplina de **Currículo e Educação** nos permite afirmar que há um aprofundamento sobre diferentes concepções acerca do Currículo, que se **relacionam ou são específicas à Educação do Campo**. A análise dos conteúdos nos permitiu constatar que a disciplina aborda desde modalidades de educação, que se relacionam com este conceito, como a Educação Indígena e Quilombola.

A discussão presente no plano de curso ressalta que **não existe currículo neutro**, pois, todos estão submetidos à uma relação de poder. Ter essa perspectiva é importante para pensar a relevância do currículo para construção da proposta educacional da instituição. Um currículo na perspectiva da E.C. deve estar **ao lado dos camponeses**, contextualizado e defendendo os interesses dos trabalhadores do campo. Essa perspectiva subverte a lógica do currículo tradicional, que atuam como mecanismos de manutenção das relações de poder dominadoras.

Desta forma, o pedagogo, o educador, ao repensar a educação, está também repensando a sociedade. Não existe uma igualdade entre política e educação: existe uma identidade. O ato educativo é essencialmente político. Sempre que o pedagogo deixou de “fazer política”, escondido atrás de uma pseudoneutralidade da educação, estava fazendo, com a sua omissão, a política do mais forte, a política da dominação. Não acredito numa educação neutra: ou fazemos uma *pedagogia do oprimido* ou fazemos pedagogia *contra* ele. (GADOTTI, 2012, p.75, grifos do autor)

A discussão acerca do currículo contextualizado para Convivência com o Semiárido Brasileiro dialoga com perspectivas curriculares que são pertinentes ao conceito do curso, visto que, a convivência com o semiárido é a realidade de muitos camponeses, sendo importante que a escola do campo relacione o contexto a qual está inserida para superar as relações de poder que excluem a realidade camponesa do currículo escolar.

No Nordeste Brasileiro e especialmente na Região Semi-Árida, o currículo contextualizado caracteriza-se pela evidência dos sabores e saberes diversos e múltiplos do Semi-Árido, já que esta tem sido a realidade historicamente negada, distorcida e manipulada pela educação “universalista, objetiva e imparcial” que as elites brasileiras impuseram às diferentes classes e categorias pobres deste país. É nesta perspectiva, que o currículo contextualizado exige a inclusão de questões locais, regionais e de contexto que, historicamente, não mereceram atenção nem destaque dentro do ensino, das metodologias e processos da educação burguesa. (MENEZES e ARAÚJO, 2007, p.3)

A disciplina se propõe a analisar diversos elementos relevantes para a proposta curricular na Educação do Campo, como a organização curricular, objetivos educacionais, planejamento, avaliação, assim como a apresentação de experiências inovadoras na região, como a Escola Viva Olho do Tempo, no território Quilombola de Mituaçu, a Escola Bento Tenório, em Monteiro (PB), assim como como experiências das Escola Família Agrícola (EFA) e a Escola da Ponte(Portugal).

Apesar de não ser uma disciplina específica ao conceito do curso, essa em questão, relaciona de forma significativa os **conteúdos da disciplina com os princípios da E.C.**, buscando aprofundar os conhecimentos a partir de conceitos, experiências e práticas que contribuem para o currículo na perspectiva da E.C.

Quadro 11 - Ementa e Conteúdos da disciplina Gestão de Processos Educativos em Escolas do Campo

GESTÃO DE PROCESSOS EDUCATIVOS EM ESCOLAS DO CAMPO	
Ementa Modelos organizacionais de escola a formas de gestão. Gestão educacional e desafios do cotidiano escolar. A gestão democrática da unidade escolar: o processo administrativo e sua dimensão político-pedagógica. Autonomia das escolas. Educação, gestão democrática e participação popular, Orçamento e democracia. Cidadania na escola. Organização e funcionamento dos Conselhos Escolares. Especificidades da gestão nas escolas rurais, gestão na Educação do Campo.	Conteúdos do plano de curso UNIDADE I - Fundamentos teóricos da gestão; Fundamentos teóricos da gestão escolar na perspectiva democrática; UNIDADE II - O Projeto Pedagógico: importância e questões técnicas na elaboração; A autonomia das escolas; Os conselhos escolares: importância e função do conselheiros na escola; UNIDADE III - Os programas voltados para as escolas do campo no âmbito da gestão educacional: PDDE, PENATE e Caminhos da Escola;"

Fonte: ementas e planos de curso da disciplina no período 2022.1

A referida disciplina deveria apontar seu percurso teórico para o aprofundamento da E.C. já que denomina-se **“Gestão de Processos Educativos em Escolas do Campo”**, mas, ao analisar a ementa e o conteúdo do plano de curso, a trajetória teórica do componente curricular parece direcionar para uma percepção mais generalista e pouco aprofundada acerca da gestão nessa modalidade.

As políticas públicas atuais para a gestão da escola do campo são importantes, **mas não pode ser o fim da disciplina.** As conquistas de políticas públicas para Educação do Campo deu-se através de muita luta, reivindicação, para enfim, ter a conquista dos movimentos sociais do campo.

Apesar de outros conceitos abordados na disciplina estarem relacionados com os fundamentos da E.C., não é possível afirmar se a perspectiva de autonomia escolar, participação popular, gestão democrática e gestão educacional seguem a perspectiva da modalidade do curso.

Quadro 12 - Ementa e Conteúdos das disciplinas de Conteúdo e Metodologia do Ensino de História, Geografia e Ciências.

CONTEÚDO E METODOLOGIA DO ENSINO DE HISTÓRIA	
Ementa Abordagens teóricas do ensino de História nos anos iniciais do Ensino Fundamental. A construção da noção de tempo histórico. Os conteúdos e os aspectos metodológicos do ensino de História e o planejamento de ensino. Propostas curriculares para o ensino de História nos anos iniciais do Ensino Fundamental. O ensino de história nas escolas do campo.	Conteúdos do plano de curso UNIDADE I - Dialogando com o Ensino de História 1.1 - Ensino de História: dilemas e perspectivas; 1.2 Conteúdos, abordagens e metodologias do Ensino de História; 1.3- Alfabetizando e Letrando com História: fato, sujeito e tempo histórico. UNIDADE II - Aspectos Metodológicos do Ensino de História nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental 2.1 - Oficinas pedagógicas no Ensino de História: aspectos teórico-metodológicos; 2.2- Construindo oficinas pedagógicas no Ensino de História: possibilidades didáticas. UNIDADE III - Dialogando com o Ensino de História: pressupostos e práticas 3.1 História da Infância no Brasil; 3.2 Direitos Humanos e Diversidade étnico-cultural 3.4 - O livro didático como fonte de pesquisa histórica 3.5 - Ensino de História local: redescobrimos sentidos 3.6 - O Uso de Fontes Históricas nos Anos Iniciais do EF 3.7 - O papel formativo do Ensino de História 3.8 - O lugar da História no currículo escolar, "
CONTEÚDO E METODOLOGIA DO ENSINO DE GEOGRAFIA	
Ementa As dimensões espaciais, sociais, econômicas da Geografia. Abordagens teóricas do ensino de geografia nos anos iniciais do EF. O planejamento, os conteúdos e os aspectos metodológicos do ensino de Geografia nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Propostas curriculares para o ensino de geografia nos anos iniciais do Ensino Fundamental nas escolas de campo.	Conteúdos do plano de curso O significado do ensino de geografia nas séries iniciais; - Aspectos teóricos e metodológicos para o ensino de geografia - Conteúdos, métodos e processos do ensino de geografia na educação infantil e nas séries iniciais no ensino fundamental; - Formação do professor de geografia e sugestões de atividades para o ensino de geografia na educação infantil e nas séries iniciais do ensino fundamental." - O Ensino de Geografia e a educação do campo.
• CONTEÚDO E METODOLOGIA DO ENSINO DE CIÊNCIAS	

Ementa Abordagens teóricas para o ensino de ciências nos anos iniciais do EF. Diretrizes curriculares para o ensino de Ciências e a Educação do Campo nos anos iniciais do ensino fundamental. O planejamento. Os conteúdos e os aspectos metodológicos do ensino de Ciências nos anos iniciais do Ensino Fundamental. As diretrizes curriculares e o ensino de Ciências nas escolas de campo.	Conteúdos do plano de curso Unidade I - O Conceito de Ciências; - O letramento científico; - O ensino de ciências e a interdisciplinaridade; Unidade II - O ensino de Ciências nos anos iniciais; Conteúdos, métodos e processos do ensino de Ciências nos anos iniciais do ensino fundamental, discussão da bncc; Reflexões sobre as metodologias utilizadas no ensino de Ciências nos anos iniciais do ensino fundamental; Unidade III - A Formação do professor de Ciências - O Ensino de ciências nas escolas do campo.
---	--

Fonte: ementas e planos de curso da disciplina no período 2022.1

As disciplinas de conteúdo e metodologia do ensino tem como objetivo **introduzir a prática docente** ao estudante nas áreas de ensino do curso de Pedagogia. Portanto, há cinco disciplinas que fazem parte da grade curricular obrigatória: **História, Ciências, Geografia, Português e Matemática**. Essas duas últimas disciplinas não fazem menção à E.C. nas ementas, o que indica que não há uma base curricular que relacione o conteúdo da disciplina com o conceito do curso e não há o que ser analisado nesta pesquisa.

A disciplina de **Conteúdo e Metodologia do Ensino de História** menciona o ensino de história nas escolas do campo na sua ementa, mas no plano de curso **não consta o ensino de história no contexto das escolas do campo**. Assim como não há um apontamento teórico que dialogue sobre o ensino de história em uma perspectiva decolonial, nem outros conceitos que dialoguem objetivamente sobre a E.C. Isso indica que a relação entre o conteúdo da disciplina e o conceito do curso pode acontecer de maneira mais generalizada ou subjetiva, sem um necessário aprofundamento.

A disciplina de **Conteúdo e Metodologia do Ensino de Geografia** aborda a E.C. na sua ementa e nos conteúdos do plano de curso, estabelecendo uma relação entre as propostas curriculares para o **ensino de geografia e as escolas do campo**. Pensar a Geografia a partir de uma proposta curricular embasada na E.C. é uma contribuição da disciplina para a formação docente, pois os estudantes terão uma bagagem teórica acerca do ensino desta matéria em uma perspectiva que valorize as especificidades do campesinato, assim como, contribua para o desenvolvimento do conhecimento crítico.

A Educação do Campo, [...] tem a escola como espaço privilegiado para o desenvolvimento de uma proposta pedagógica que leve em conta a formação do educando, enquanto sujeito construtor da realidade em que vive. Nesse sentido, o

ensino de Geografia deve mostrar aos povos do campo[...] que eles são seres concretos e, conseqüentemente, construtores da realidade socioespacial em que estão inseridos e intercalados aos fatores **naturais**[...] **socioculturais**[...] e **econômicos**[...] (OLIVEIRA, 2019, p.26-27, grifo do autor)

A disciplina de **Conteúdo e Metodologia do Ensino de Ciências** aborda o ensino de ciências na ementa e conteúdo de plano de curso. Além de estabelecer a relação entre o conteúdo da disciplina e o conceito do curso, há uma abordagem teórica acerca do ensino de **Ciências e a Interdisciplinaridade**. Das disciplinas que ofertam o arcabouço teórico para a prática docente, esta é a única que aborda os conceitos de E.C. e interdisciplinaridade nos conteúdos do plano de curso. Dada a importância da relação desses conceitos, é fundamental seguir essa abordagem em todas as disciplinas que se referem à prática docente em sala de aula, já que oferece ao estudante do curso um aprofundamento ao conceito que contribui significativamente para a construção da identidade docente.

As três disciplinas aqui analisadas ofertam o arcabouço teórico para a execução da disciplina de **Estágio Supervisionado IV**, que refere-se à regência de aulas de **Ciências, Geografia e História**. Portanto, trata-se de uma regência de estágio que possibilita uma interdisciplinaridade, - conceito presente nas experiências da E.C. - possibilitando uma experiência prática na formação docente no curso.

Porém, a interdisciplinaridade para a E.C. **não se limita apenas três matérias**, mas tem o objetivo de romper com a fragmentação do conhecimento, que divide todo um saber em várias matérias e desconsidera os saberes prévios dos estudantes como uma possibilidade de construção do conhecimento na escola do campo. É importante buscar caminhos teóricos metodológicos que contribuam a partir de experiências interdisciplinares no contexto da E.C. É compreensível que a forma como se dispõe a Universidade brasileira e suas barreiras burocráticas/metodológicas, dificultem a prática interdisciplinar entre as diferentes matérias presentes na educação básica, porém, é possível construir caminhos teóricos que contribuam para essa interdisciplinaridade.

É importante ressaltar que o fato das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática não relacionarem os conteúdos do componente curricular com o conceito do curso é uma problemática que **precisa ser revista**. Pois, não há essa abordagem nas ementas das disciplinas voltadas à introdução ao ensino dessas matérias, nem nas referidas disciplinas de regência de estágio, perdendo a oportunidade de introduzir a experiência dos princípios da E.C. na formação docente.

Existem práticas de ensino de Matemática que são utilizadas em escolas do campo que trariam contribuições significativas se abordadas nas disciplinas voltadas ao ensino de

metodologias. “A Etnomatemática é uma vertente da educação matemática que discute a necessidade de valorizar o conhecimento do cotidiano, relacionando-o ao meio sociocultural do aluno”. (PANIAGO e ROCHA, 2012, p.400)

Quadro 13 - Ementa e Conteúdos da disciplina História da Educação

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	
Ementa	Conteúdos do plano de curso
A História em suas correntes e métodos. A História da Educação. Perspectivas históricas das relações da História da Educação com a história do Brasil. A educação no período colonial. A sociedade imperial brasileira e a organização do processo educacional. A política educacional do período da primeira república. O projeto desenvolvimentista populista e seu programa educacional. A ditadura militar e sua proposta educacional. A redemocratização e o sistema educacional. Neoliberalismo e educação. A educação no campo nos contextos das estruturas políticas brasileiras.	Unidade I - Educação, Pedagogia e História: a hegemonia da formação do saber de viés ocidental. Da História da Pedagogia à História da Educação: Modelos educativos na Grécia Antiga. Roma e a Educação. O pensamento cristão medieval e a educação Moderna: permanências e superações. Unidade II - História da educação e Modernidade A educação humanística nos séculos XVI e XVII. Educação científica versus romântica dos séculos XVIII- XIX. Educação XX. Unidade III História da educação brasileira e paraibana A educação no período Colonial brasileiro. A emergência da escola no Brasil oitocentista. Política educacional no Brasil no Sec. XX. "

Fonte: ementas e planos de curso da disciplina no período 2022.1

A disciplina de **História da Educação** faz parte da base curricular que é basilar para todas as licenciaturas. Ao analisarmos a ementa, identificamos uma menção à educação *no campo*, que conforme explicitamos anteriormente, **não é precisamente o conceito do curso**. Ao analisarmos os conteúdos do plano de curso, não foi possível estabelecer relação entre os conteúdos da disciplina e os fundamentos da Educação do Campo.

A luta dos povos do campo pela educação é histórica, conforme defendido anteriormente. Abordar essa luta em uma disciplina que está introduzindo o estudante no

curso, pois, se trata de uma disciplina do primeiro período, é importante para dar uma orientação aos calouros acerca da área de aprofundamento do curso.

3.4 Análise de Ementas e Planos de Curso das disciplinas optativas que se referem ao aprofundamento em Educação do Campo

A análise das ementas das disciplinas optativas demonstraram que existem duas disciplinas que abordam conceitos que se relacionam com a Educação do Campo. As disciplinas optativas específicas ao aprofundamento do conceito no curso não puderam ser analisadas, pois não foram ofertadas no referido período.

Portanto, teremos como objeto de análise comparativa as disciplinas optativas Educação das Relações Etnico-raciais e Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana e a disciplina de Educação Ambiental.

Quadro 14 - Ementa e Conteúdos da disciplina Educação Ambiental

EDUCAÇÃO AMBIENTAL	
Ementa	Conteúdos do plano de curso
Contribuir para uma consciência crítica e criativa sobre as questões ambientais, entendendo-se como crítica a compreensão de origem e a evolução dos problemas ambientais, considerando-se para tanto, os aspectos biológicos, físicos e químicos, bem como os socioeconômicos, políticos e culturais, Dentro do atual contexto tecnológico, desenvolvendo a plena cidadania e conseqüentemente, garantindo a qualidade de vida, utilizando para tanto o uso racional dos recursos naturais em benefício das gerações atuais e futuras.	História da Educação Ambiental: conceitos e correntes; Antecedentes históricos e as demandas da Educação Ambiental; Identidades da Educação Ambiental Brasileira; • Macrotendências Político-Pedagógicas da Educação Ambiental; Epistemologia Ambiental: desafios socioambientais do século XXI; Impactos Ambientais em diferentes contextos; • Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) Agenda 2030; A Educação Ambiental em diferentes espaços de educabilidade por meio de projetos socioambientais;"

Fonte: ementas e planos de curso da disciplina no período 2022.1

A **Educação Ambiental** é um processo educacional ao qual está diretamente relacionado aos interesses da E.C. A E.A. na perspectiva da E.C. deve buscar o entendimento acerca das problemáticas ambientais a partir de uma concepção ampla, envolvendo fatores sociais, econômicos e educacionais que podem ocasionar em desastres ambientais e problemas sociais. Nessa perspectiva, o ser humano deve se ver como parte do meio ambiente.

Porém, **construir a relação entre a E.A. e a E.C. agregaria ainda mais conhecimentos a esta disciplina**, assim como, permitiria um aprofundamento da crítica acerca das questões ambientais no Brasil, explorando, por exemplo, a profunda relação entre o desmatamento da Amazônia, o agronegócio e os grandes pecuaristas, ou então, problematizando o trabalho escravo na contemporaneidade e a sua relação com o latifúndio, a monocultura e o uso intensivo de agrotóxicos. A agroecologia implementada na agenda de luta do MST, é um fundamento presente nas escolas dos assentamentos da reforma agrária, que contribui e se relaciona com a E.A. e poderia ser explorado nessa disciplina, pois, a Agroecologia para o MST e a E.A. possuem muitos pontos em comum e possibilitam uma experiência educacional enriquecedora, valorizando as especificidades do campesinato, almejando uma vida no campo mais justa, com uma educação de qualidade e contextualizada, valorizando as práticas saudáveis da agricultura e relações humanas mais justas.

As escolas do MST que desenvolvem o conceito de educação em agroecologia aplicam um vínculo orgânico entre educação, mundo do trabalho camponês e interdisciplinaridade, visando um processo formativo que ultrapassam os muros da escola e entrem em relação com o assentamento/acampamento, construindo uma educação que esteja vinculada ao trabalho e consequentemente a realidade camponesa e as necessidades do assentamento, com produção de hortas orgânicas, criação de animais, áreas de recuperação do ecossistema, agroflorestas, etc. (GONÇALVES, 2022, p.16)

Portanto, **estabelecer a relação entre a E.A., E.C. e agroecologia trará contribuições significativas para a formação docente neste curso**. Apesar de não citar objetivamente a Educação do Campo, a E.A. contribui significativamente para o aprofundamento das reflexões acerca de propostas curriculares que levem em consideração as questões ambientais, que são bastante tratadas na E.C. e são pertinentes a realidade camponesa a qual o curso se destina.

Quadro 15 - Ementa e Conteúdos da disciplina Educação das Relações Étnico-Raciais e Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana.

EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFROBRASILEIRA E AFRICANA

Ementa História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena e sua contribuição para a formação da população brasileira. História da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra, História dos povos indígenas brasileiros. O negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.	Conteúdos do plano de curso - Relações Raciais no Brasil; - Legislação educacional e relações étnico-raciais; - História da África, História Afro-brasileira; - Cultura paraibana e influências africanas e indígenas;
--	---

Fonte: ementas e planos de curso da disciplina no período 2022.1

A disciplina optativa de **Educação das Relações Étnico-raciais e ensino de história e cultura afrobrasileira e africana** traz em sua base curricular contribuições que são pertinentes ao conceito do curso, visto que, é a partir da interpretação da contradição da questão agrária que surge a E.C., pois entende que as relações de trabalho adotadas desde a colônia brasileira impactam diretamente nos problemas atuais do campesinato brasileiro.

A organização que a partir de então se consolidou se pautou por grandes propriedades agrárias apropriadas por um pequeno número de abastados e grande número de pessoas que precisam da terra para nela viver e trabalhar, mas sem terra, conformando uma desigualdade estrutural fundiária, que vai redundar em relações sociais de produção de exploração de dominação e degradação da pessoa humana, como a escravidão. (BATISTA, 2011, p.54)

É possível concluir que a referida disciplina **contribui objetivamente para o aprofundamento teórico** acerca das contribuições da história, cultura e educação afro-brasileira, africana e indígena, que se relacionam com a formação do campesinato no país.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O curso de Pedagogia em Educação do Campo da UFPB, é resultado de reivindicações dos Movimentos Sociais do Campo por uma Educação de qualidade, que valorize a cultura e identidade camponesa e suas especificidades. A consolidação deste curso no ensino superior tem um importante objetivo: formar pedagogos para atuar nas escolas da reforma agrária e áreas rurais, assumindo um importante papel na contribuição para uma reparação histórica, que foi a negação e negligenciamento do direito à Educação dos povos do campo e trabalhadores rurais.

A Educação do Campo chegou na UFPB antes da criação deste curso, a partir do PRONERA. Portanto, é possível afirmar que essa licenciatura é fruto da luta e reivindicações dos movimentos sociais do campo pela formação de educadores que possam atuar nas escolas dos acampamentos e assentamentos, valorizando o conceito da Educação do Campo. A criação do curso de Pedagogia em Educação do Campo é uma concretização dessa luta.

As ações empenhadas nesse trabalho, nos permitiu analisar e contribuir sobre a efetividade do aprofundamento do curso de Pedagogia no conceito da Educação do Campo. A partir da análise do PPC, das ementas e conteúdos dos planos de curso, conseguimos identificar os fundamentos presentes na base curricular das disciplinas do curso, ofertadas no período 2022.1.

Consideramos que apenas a análise das ementas não nos permitiria identificar de forma efetiva o aprofundamento do conceito no curso. Por isso, decidimos ampliar a investigação para o plano de curso das disciplinas específicas ao conceito, ou disciplinas que entre seus conteúdos abordam o conceito. Após isso, conseguimos perceber quais fundamentos fazem parte da base curricular do curso, assim como, identificamos os fundamentos que não estão sendo abordados.

Identificamos fundamentos que contribuem para o conceito do curso entre os conteúdos abordados na base curricular das disciplinas obrigatórias e optativas ofertadas em 2022.1, como Educação Popular e os Movimentos Sociais, a mística nos movimentos sociais como processo educativo, currículo na perspectiva da Educação do Campo, gestão em escolas rurais e na Educação do Campo e propostas curriculares para o ensino de geografia, ciências nas escolas do campo, Educação Ambiental e as contribuições do negro e do indígena para a formação do Brasil.

Entre as disciplinas específicas ao aprofundamento do conceito são discutidos fundamentos basilares, como a questão sócio-histórica da luta por terra e educação

empenhada pelos povos do campo e movimentos sociais, concepções teóricas e práticas sobre o conceito, o papel social da escola, assim como questões fundamentais ao fortalecimento do conceito, como a economia popular solidária e autogestão. No curso, há quatro disciplinas específicas ao conceito que são fundamentais para o desenvolvimento da Pesquisa, Extensão e Práticas Educativas da Educação do Campo.

De acordo com os documentos analisados, quatorze das quarenta e cinco disciplinas ofertadas em 2022.1 abordam fundamentos da Educação do Campo na sua base curricular, considerando que Estágio Supervisionado V, Conteúdo e Metodologia do Ensino de História e História da Educação fazem menção ao campo nas ementas, mas não abordam o conceito em seus respectivos planos de curso. Isso significa que, em números estatísticos, apenas 31% das disciplinas deste curso abordam o conceito em sua base curricular.

Quando nos referimos às disciplinas específicas ao aprofundamento do conceito no curso, ofertadas em 2022.1, 13% é a estatística que corresponde em relação às demais disciplinas que não são específicas ao conceito em sua base curricular. Devemos considerar que a diferença conceitual entre do campo e no campo é uma questão que precisa ser analisada, visto que, são interpretações diferentes dependendo da colocação. Essa situação é percebida na disciplina de Pesquisa e Extensão no Campo, principalmente por se tratar de um componente que envolve a prática, é fundamental que seja garantida essa experiência na Educação do Campo, para que o curso possa contribuir para o fortalecimento do conceito no Estado da Paraíba.

Refletimos acerca das possibilidades de aprofundamento do conceito do curso nas diferentes disciplinas. Entre as obrigatórias, é preciso buscar metodologias que contribuam para uma interdisciplinaridade entre os componentes de metodologia do ensino, assim como, garantir que todas as cinco de conteúdo e metodologia do ensino busquem relacionar os conteúdos com experiências e fundamentos que contribuem para o conceito, como a etnomatemática. No curso, existem outras disciplinas que poderiam contribuir objetivamente com a Educação do Campo, como a disciplina de Educação e Movimentos Sociais, mas ao analisar a ementa e plano de curso, não há nenhuma menção aos movimentos sociais camponeses, nem à Educação do Campo. A disciplina de Política Educacional poderia abordar as políticas educacionais para a Educação do Campo em seu currículo, assim como História da Educação deveria considerar a luta dos povos do campo por uma Educação Básica.

Entre os fundamentos basilares, ausentes no aprofundamento conceitual do curso, seja pela falta de oferta das disciplinas, ou por inexistência do conceito na base curricular estão: a Agroecologia, Cultura Camponesa, Desenvolvimento Sustentável, Educação Omnilateral,

Infância Camponesa, Juventude do Campo, Território Camponês e Trabalho no Campo como princípio educativo.

Alguns desses fundamentos estão presentes em disciplinas optativas que não foram ofertadas no referido período. A não oferta dessas disciplinas configura uma ausência no aprofundamento do conceito no curso, além de que, parte desses fundamentos, são basilares para a compreensão da Educação do Campo, como a Agroecologia, Cultura Camponesa, Desenvolvimento Sustentável e principalmente o Trabalho no Campo. Consideramos que disciplinas como Educação e Juventude Rural e Educação e Trabalho no Campo são fundamentos basilares para o conceito e deveriam estar entre os componentes obrigatórios abordados no curso. As disciplinas optativas que não estão sendo ofertadas seria uma oportunidade do estudante em aprofundar-se nos fundamentos do curso, além de fortalecer o conceito a partir das reflexões e contribuições teóricas advindas da oferta regular destes componentes.

Compreendemos que a Universidade, inserida em um contexto capitalista, não têm os mesmos interesses dos movimentos sociais camponeses, assim como a organização da instituição está diametralmente oposta à organização popular dos povos camponeses. Porém, o curso deve buscar estratégias para garantir que o conceito do curso seja aprofundado de forma efetiva e, para isso, é preciso pensar em uma organização curricular e prática que oriente este aprofundamento.

O curso de Pedagogia em Educação do Campo da UFPB pode contribuir objetivamente com a luta dos povos do campo do Estado da Paraíba, buscando aproximar-se dos sujeitos a que se propõe. A Educação do Campo não pode ser construída apenas dentro dos muros da instituição de ensino, mas, precisa buscar contribuir com os sujeitos a que se destina. Para isso, temos diversos exemplos práticos de como o curso pode somar nessa luta. Este curso é uma conquista das lutas camponesas e estes sujeitos devem fazer parte da construção desse curso, não somente no campo teórico, mas principalmente na prática da formação. E não devemos apenas ir ao seu território, mas inserir os povos do campo e movimentos sociais nesta instituição de ensino, seja a partir de eventos, pesquisas, extensão ou projetos de ensino, pois, este curso só existe, graças às lutas empenhadas pelos Movimentos Sociais do Campo por uma Educação de qualidade.

A Educação do Campo é considerada um conceito educacional, que tem como base, princípios filosóficos sociais, que almejam a mudança da estrutura agrária brasileira. Por ser um conceito que surge a partir das reivindicações, experiências, contribuições e principalmente a luta dos movimentos sociais do campo, nos acampamentos e assentamentos,

possui uma base teórica profundamente crítica à questão agrária brasileira e as relações de trabalho constituídas no campesinato brasileiro, que durante séculos negou o direito à uma educação básica aos povos do campo. Orientada pelas teorias e experiências revolucionárias socialistas, a Educação do Campo é um conceito que faz parte do projeto de Reforma Agrária Popular reivindicado pelo MST. É impossível desassociar a luta dos povos do campo e seus sujeitos do conceito deste curso, pois, sua base teórica, metodológica e filosófica reivindica que a Educação do Campo seja construída de forma coletiva, com a contribuição de todos os sujeitos que estão envolvidos no processo de acumulação de experiências da Educação do Campo.

O curso apresenta uma base conceitual que aborda fundamentos do conceito, porém, principalmente nas disciplinas mais práticas, não há um alinhamento objetivo entre a formação de Pedagogia em Educação do Campo com as experiências práticas no conceito do curso no Estado da Paraíba. Para isso, é necessário garantir que os povos do campo sejam os principais beneficiados pela existência deste curso de licenciatura, contribuindo assim, na luta por uma Educação do Campo.

REFERÊNCIAS

- 2ª Conferência Nacional Por Uma Educação do Campo [CNEC].** (2004, agosto). Declaração final: por uma política pública de educação do campo. Educação do campo – direito nosso, dever do Estado. Luiziânia, GO.
- 5º Fórum Nacional de Educação do Campo [FONEC].** (2018, junho). Carta-Manifesto 20 anos da Educação do Campo e PRONERA. Brasília, DF.
- ARAÚJO, I.; SILVA, S. **Educação do Campo e a formação sociopolítica do educador.** João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011.
- AZEVEDO, F. **Educação e seus problemas.** 3.ed. São Paulo: melhoramento, 1953.
- BATISTA, M. Da luta às políticas de educação do campo: caracterização da educação e da escola do campo. In: FIGUEIREDO, João B. de A.; VERAS, Clédia I. M.; LINS, Lucicléa T. (Organizadores). **Educação Popular e movimentos sociais: experiências e desafios.** Fortaleza, Impreco, 2016
- _____. Estado, luta de classes, movimentos sociais e as políticas da Educação do Campo. In: BATISTA, Maria. (org.). **Movimentos Sociais, Estado e Políticas Públicas de Educação do Campo: pesquisa e práticas educativas.** João Pessoa: Editora UFPB, 2011. pp. 45-66.
- BATISTA., M. O campo como território de conflitos, de lutas sociais e movimentos populares. In: SCOCUGLIA, Afonso Celso; JEZINE, Edineide (Orgs.). **Educação Popular e movimentos sociais.** João Pessoa: Ed Universitária, 2006.
- BIZERRA, L.; COSTA, L.; BATISTA, M. O programa nacional de educação na reforma agrária (PRONERA) e a formação de camponeses: enunciados a partir dos cursos em nível superior da Universidade Federal da Paraíba/Brasil. In: SILVA, Nilvania; DAMASCENO, Jalmira. **Educação do Campo: atuações pedagógicas e agroecológicas.** João Pessoa: Editora UFPB, 2018.
- BUARQUE, C.; MELO NETO, J. **Funeral de um Lavrador.** Disponível em: <https://www.letras.mus.br/chico-buarque/45132/> Acesso em: 10 dez 2022.
- CALDART, R. Licenciatura em Educação do Campo e projeto formativo: qual o lugar da docência por área? In: CALDART, R.S, et al, (orgs.) **Caminhos para transformação da Escola: reflexões desde práticas da licenciatura em Educação do Campo.** São Paulo: Expressão Popular, 2010. pp. 127-154.
- _____. O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. **Estudos Avançados**, São Paulo, vol. 15, n. 01, p.207-224, dez. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/ C8CTZbGZp5t8tH7Mh8gK68y/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 dez 2022.
- _____. Educação do Campo e Agroecologia. In: DIAS, A.P., et al, (orgs.) **Dicionário da Agroecologia.** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2021.

_____. Educação do Campo. In: CALDART, R.S., et al, (orgs.) **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. pp. 257-264.

_____. Reforma agrária popular e pesquisa: desafios de conteúdo e forma da produção científica. In: CALDART, R.S.; ALENTEJANO, P. (orgs.) **MST, Universidade e Pesquisa**. São Paulo: Expressão Popular, 2014. pp. 137-172.

_____. Por uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. In: KOLLING, Edgar; CERIOLI, Paulo; CALDART, Roseli. **Educação do Campo: identidade e políticas públicas**. Brasília: Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, 2002. pp.25-36.

CASTRO, E. Juventude do campo. In: CALDART, R.S., et al, (orgs.) **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. pp. 437-444.

CHRISTOFFOLI, P. Cooperação Agrícola. In: CALDART, R.S., et al, (orgs.) **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. pp. 157-163.

CORREIA, D. O PRONERA no ensino superior: a educação do campo ocupando o latifúndio do saber. In: BATISTA, Maria. (org.) **Movimentos Sociais, Estado e Políticas Públicas de Educação do Campo: pesquisas e práticas educativas**. João Pessoa: Editora UFPB, 2011. pp.213-242.

COSTA, L. A Educação do Campo em uma perspectiva da educação popular. In: GHEDIN, Evandro. (org.) **Educação do Campo: epistemologia e práticas**. São Paulo: Cortez, 2012. pp. 117-136.

FACÓ, R. **Cangaceiros e fanáticos: gênese e lutas**. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1976.

FRANK, N; QUINTERO, J. Análisis preliminar sobre el papel de extensión universitaria en las políticas públicas que promueven ámbitos de participación orientados al desarrollo rural. In: MORAES, Alvaro; OREGGIONI, Walter; PICOS, Gabriel. (orgs.) **Formación para el desarrollo rural: Experiências desde la Extensión Universitaria en la construcción de nuevas estratégias**. Montevideo: Libros, 2010. pp.179-188.

FREIRE, P. **Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**, São Paulo: Paz e Terra, 2014.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 21. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 63. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

FRIGOTTO, G. CIAVATTA, M. Trabalho como princípio educativo In: CALDART, R.S., et al, (orgs.) **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. pp.748-754.

GADOTTI, M. **Educação e Poder: introdução à pedagogia do conflito**. 16 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. Pedagogia da terra e cultura de sustentabilidade. **Revista Lusófona de Educação**, núm. 6, 2005, pp. 15-29. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/349/34900602.pdf>>. Acesso em 6 dez 2022.

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**, Porto Alegre: L&PM, 2021.

GONÇALVES, L. Educação do Campo e Agroecologia: perspectivas teóricas e práticas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). In: FOLMER, Ivano, et al, (orgs.) **Educação Popular e os atravessamentos dos Movimentos Sociais**: dialogicidade, historicidade e capitalismo. Santa Maria: Arco Editores, 2022. pp. 8-24. *E-book*. Disponível em: <https://www.arcoeditores.com/_files/ugd/96abf9_88f46b0f265f4285866e0e836296930b.pdf> Acesso em: 09 dez 2022.

JULIÃO, F. **Que são as Ligas Camponesas?** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1962.

MARX, K. **O Capital**: livro I. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____; ENGELS, F. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). São Paulo: Boitempo, 2007.

MENDONÇA, S. **O Ruralismo Brasileiro (1888-1931)**, São Paulo: Hucitec, 1997.

MENEZES, M.; SANTIAGO, M. Contribuição do pensamento de Paulo Freire para o paradigma curricular crítico-emancipatório. **Pro-Posições** [online]. 2014, v. 25, n. 3, p. 45-62. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-7307201407503>>. Acessado em: 3 dez 2022

MENEZES, A.; ARAÚJO, L. Currículo, contextualização e complexidade: espaço de interlocução de diferentes saberes. **Currículo, contextualização e complexidade: Elementos para se pensar a escola no Semi-Árido**. Juazeiro-BA: Selo Editorial da RESAB, p. 33-4, 2007.

MINAYO, M. **O desafio do conhecimento**. Pesquisa qualitativa em saúde. 9 ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

MOLINA, M.; SÁ, L. Licenciatura em Educação do Campo. In: CALDART, R.S., et al, (orgs.) **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. pp.466-472.

OLIVEIRA, F. Acumulação Monopolista, Estado e Urbanização: a nova qualidade do conflito de classes. In: MOISES, J. A., et al, (orgs.) **Contradições urbanas e movimentos sociais**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, pp. 65-76.

OLIVEIRA, F. Ensino de Geografia contextualizado e Educação do Campo no semiárido. In: OLIVEIRA, Fabiano. (org.) **Ensino de Geografia e Educação do Campo**: experiências de metodologias e práticas contextualizadas nas Escolas do Semiárido. João Pessoa: Ideia, 2019. pp.17-34.

- PANIAGO, R.; ROCHA, S. Etnomatemática e Educação do Campo: caminhos para a aprendizagem significativa da pesquisa na formação profissional. In: GHEDIN, Evandro. (org.) **Educação do Campo: epistemologia e práticas**. São Paulo: Cortez, 2012. pp. 395-410.
- RIBEIRO, M. Educação Rural. In: CALDART, R., et al, (orgs.) **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. pp. 493-498.
- RODRIGUES, A. RODRIGUES, A. Concepções sobre educação do campo que permeiam o fazer pedagógico em uma instituição educativa que forma professores. In: RODRIGUES, Ana. SILVA, Eduardo. **Educação do Campo: e inclusão social**. João Pessoa: Editora UFPB. 2018.
- SANTOS, R. **O Projeto Político Pedagógico do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: trajetória de educadores e lideranças**. Campinas: Editora Komedi, 2008.
- SOUZA, M. **Educação e Cooperação nos assentamentos do MST**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2006.
- VAZQUEZ, A. **Filosofia da práxis**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

ANEXO 1

- ORGANIZAÇÃO CURRICULAR -

1. Conteúdos Básicos			
1.1 Conteúdos Básicos Profissionais			
Disciplinas	Carga Horária	Créditos	Pré-requisitos
Filosofia da Educação	60 h	4	--
Sociologia da Educação	60 h	4	--
Psicologia da Educação	60 h	4	--
História da Educação	60 h	4	--
Português Instrumental	60 h	4	--
Fundamentos Sócio-Históricos da Educação do Campo	60 h	4	--
Fundamentos da Educação e do Ensino Fundamental	60 h	4	Política Educacional
Educação, Economia Popular Solidária e Práticas Associativas	60 h	4	--
Educação e Trabalho no Campo	60 h	4	--
Gestão de Processos Educativos em Escolas do Campo	60 h	4	--
Educação Infantil	60 h	4	Política Educacional
Escola Rural e Classes Multisseriadas	60 h	4	--
Educação e Movimentos Sociais	60 h	4	--
Educação Popular	60 h	4	--
Conteúdo e Metodologia do Ensino de Português	60 h	4	Português Instrumental
Conteúdo e Metodologia do Ensino de História	60 h	4	História da Educação

Conteúdo e Metodologia do Ensino de Geografia	60 h	4	--
Conteúdo e Metodologia do Ensino da Matemática I	60 h	4	--
Conteúdo e Metodologia do Ensino da Matemática II	60 h	4	Conteúdo e Metodologia do Ensino da Matemática I
Conteúdo e Metodologia do Ensino de Ciências	60 h	4	--
TOTAL	1200	80	
1.2 Estágio Supervisionado			
Estágio Supervisionado I	60 h	4	Didática
Estágio Supervisionado II	90 h	6	Estágio Supervisionado I, Conteúdo e metodologia do Ensino de Português

Estágio Supervisionado III	90 h	6	Estágio Supervisionado II, Conteúdo e metodologia do Ensino de Matemática I, Conteúdo e metodologia do Ensino de Matemática II
Estágio Supervisionado IV	105 h	7	Estágio Supervisionado III, Conteúdo e metodologia do Ensino de Ciências
Estágio Supervisionado V	60 h	4	Estágio Supervisionado IV, Gestão de Processos Educativos em Escolas do Campo
TOTAL	405	27	

2. CONTEÚDOS COMPLEMENTARES			
2.1 Conteúdos Complementares Obrigatórios			
Metodologia do Trabalho Científico	60 h	4	--
Política Educacional	60 h	4	--
Língua Brasileira de Sinais - Libras	60 h	4	--
Pesquisa e Práticas Educativas na Educação do Campo I	60 h	4	--
Didática	60 h	4	--
Pesquisa e Práticas Educativas na Educação do Campo II	60 h	4	Pesquisa e Práticas Educativas na Educação do Campo I
Projeto de Pesquisa e Extensão no campo I	60 h	4	--
Currículo e Educação	60 h	4	--
Projeto de Pesquisa e Extensão no Campo II	60 h	4	Projeto de Pesquisa e Extensão I
Fundamentos da Educação de Jovens e Adultos	60 h	4	--
Artes e Educação	60 h	4	--
Organização e Prática da Educação de Jovens e Adultos	60 h	4	Fundamentos da Educação de Jovens e Adultos
Alfabetização: Processos, Métodos e Práticas	60 h	4	--
Trabalho de Conclusão de Curso I	60 h	4	--
Trabalho de Conclusão de Curso II	60 h	4	TCC I
TOTAL	900	60	

a. Conteúdos Complementares Optativos (Mínimo: 20 créditos/ 300 horas)			
Seminários Temáticos em Educação Ambiental	60 h	4	--
Planejamento e Avaliação Educacional	60 h	4	Didática
Organização e Prática da Educação Especial	60 h	4	--
Tecnologias Educacionais e Processos Inclusivos	60 h	4	--
Educação Sexual	60 h	4	--

Ética Profissional	60 h	4	--
Educação Ambiental	60 h	4	--
Métodos e Técnicas em Educação Especial	60 h	4	--
Educação das Relações Étnico-Raciais e Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana	60 h	4	--
Educação e Desenvolvimento Sustentável	60h	4	--
Educação e Juventude Rural	60h	4	--
2.3 Conteúdos Complementares Flexíveis			
Tópicos Especiais em Educação do Campo I	135 h	9	--
Tópicos Especiais em Educação do Campo II	135 h	9	--
Tópicos Especiais em Educação do Campo III	135 h	9	--
TOTAL	405	27	